

Editores

Ceci Maria Costa Baptista Mariani,
Breno Martins Campos

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

10 nov. 2024

Versão final

21 fev. 2025

Aprovado

22 abr. 2025

Transformações estatais na Transjordânia: breve percurso formativo dos reinos de Ammon, Moab e Edom

State transformations in Transjordan: a brief formative journey of the kingdoms of Ammon, Moab, and Edom

João Batista Ribeiro Santos¹ 

¹ Universidade Metodista de São Paulo, Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Faculdade de Teologia. São Bernardo do Campo, SP, Brasil. E-mail: <jj.batist@gmail.com>.

Como citar este artigo: Santos, J. B. R. Transformações estatais na Transjordânia: breve percurso formativo dos reinos de Ammon, Moab e Edom. *Reflexão*, v. 50, e2514824, 2025. <https://doi.org/10.24220/2447-6803v50a2025e14824>

Resumo

Este trabalho visa oferecer uma visão histórica da unificação de tribos e cidades da Transjordânia em torno de sistemas políticos centralizados entre os séculos X e VIII AEC. Serão tratados, portanto, contextos do surgimento dos reinos, com base em fontes epigráficas, a hipótese é que duas realidades históricas fizeram com que as cidades da região – sem vínculos políticos e suas populações transumantes com diferentes fontes econômicas – se organizassem de forma confederada: a expansão de reinos vizinhos, no caso de Ammon e Moab, e a economia, no caso de Edom. O objetivo principal, portanto, é compreender essa forma organizacional estratégica e a emergência dos reinos etnomonárquicos de Ammon, Moab e Edom à sombra do império neoassírio. A investigação histórica pretende lançar luz sobre o fenômeno de estatização em seu tempo social, mas tem caráter comparativo na medida em que insere a economia regional, as formas do político, as evidências sobre a religião e a expansão da Assíria em seus âmbitos operativos.

Palavras-chave: Ammon. Civilizações do Oriente Próximo. Edom. Moab. Transjordânia.

Abstract

This paper aims to provide a historical overview of the unification of tribes and cities in Transjordan around centralized political systems between the 10th and 8th centuries BCE. The contexts of the emergence of the kingdoms will be addressed, based on epigraphic sources. The hypothesis is that two historical realities caused the cities of the region – without political ties and their transhumant populations with different economic sources – to organize themselves in a confederated form: the expansion of neighboring kingdoms, in the case of Ammon and Moab, and the economy, in the case of Edom. The main objective, therefore, is to understand this strategic organizational form and the emergence of the ethno-monarchical kingdoms of Ammon, Moab, and Edom in the shadow of the Neo-Assyrian empire. The historical investigation aims to shed light on the phenomenon of nationalization in its social time, but it has a comparative character insofar as it includes the regional economy, the forms of politics, the evidence on religion, and the expansion of Assyria in its operational spheres.

Keywords: Ammon. Near Eastern civilizations. Edom. Moab. Transjordan.

A geografia humana da Transjordânia em movimentos vitais

Nos limites de um artigo, mas também de tempo e espaço, a princípio introdutoriamente e, em seguida, interpretando o passado documentado, abordo a emergência da monarquia na Transjordânia de um ponto de vista histórico e, quando os meios de pesquisa o exigirem, comparativamente, com base nas fontes epigráficas locais e assírias. O surgimento de reinos, mas sem deixar de abordar as diferentes camadas sociais que podem ser identificadas desde pelo menos o final da Idade do Bronze Tardio. De todo modo, terei em mente as limitações da documentação arqueológica². A primeira questão é apresentar a terra de Ammon (*'mmn*, *'ammūn*; KUR. *am-ma-na-a-a*), Moab (*m'b*; KUR. *ma-'a-ba-a-a*) e Edom (*'dm*, *'dwm*; KUR. *ú-du-me*)³ na geografia humana do longo período arqueológico designado para o antigo Oriente-Próximo como Idade do Ferro I-II⁴, mas no seu devido tempo social, quando essas entidades políticas – no sentido de formação política estrutural⁵ – passaram por transformações em seus sistemas tribais. Os processos de transição ocorreram na continuação dos assentamentos de grupos étnicos da Idade do Bronze Tardio (c. 1530-1190 AEC).

Limito aqui a historicização pelas evidências de que as sociedades dos planaltos da Transjordânia passaram a se estruturar como entidades políticas monárquicas no início da Idade do Ferro II, apesar dos seus longos processos de estatização de tribos serem atestados nos últimos séculos do segundo milênio AEC sob a presença do Egito⁶. A temporalidade tem por motivo não avançar até os períodos dos impérios neobabilônico e persa, mas também se preserva o limite geográfico das fontes pesquisadas para que não se suponha alcance ou inclusão aos reinos vizinhos de origem israelita (Israel Norte e Judah), mais associados à Cisjordânia⁷, embora sejam mencionados quando as perspectivas de seus avanços territoriais gerarem acontecimentos locais. Tendo a documentação, a orientação metodológica visa contextualizar os objetos por meio dos quais os reinos foram inicialmente estruturados, para que sejam situadas geograficamente e interpretadas as relações políticas dessas sociedades com base formativa de larga escala hierárquica. São essas relações em reinos patrimonialistas e de linhagem (*bīt*, *bītātum*, *bt*, “casa/s de”; *bukru*, *mar'u/mārū*, *bn*, “filho/s de”) que, segundo Thomas (2024, p. 20-22), operam e definem “a articulação do poder sobre os recursos humanos e físicos”.

Não obstante os aspectos nomádicos dos reinos, tem-se várias particularidades na fase formativa do Estado: em Moab – colocando como parâmetro a inscrição monumental de Meshá – as relações de semiautonomia nas reconstruções de cidades e edifícios estabeleceram a ontologia necessária para a identidade real, e em Edom – colocando como parâmetro as zonas de exploração de cobre e produção têxtil –, a estrutura estatal se estabeleceu de forma seccional, na descentralização da produção local de cobre e no comércio inter-regional. Sobre ambos, a documentação assíria, como veremos, os mantém metaforicamente como reinos de linhagem *bīt*. Um ícone da multiculturalidade é a rodovia do Rei, “uma rota que cortava o planalto setentrional

² Esse ponto é particularmente enfatizado por Thomas (2024, p. 31) na sua abordagem metodológica sobre as políticas no sul do Levante, veja a pertinência da sua conclusão.

³ Quanto à transliteração de palavras e sentenças semíticas, opto por *ə* ao invés de *ê* para o *shewá* audível; o *ê* aparecerá quando o hebraico se referir ao *ḥatef-segol*; opto por *ā* ao invés de *â*, quando este *qameš* preceder o *hê* final, que será devidamente grafado. Para todos os outros casos seja de escrita acádica, seja de escrita hebraica, siga as obras de referência citadas; as traduções finais são minhas.

⁴ A datação desta pesquisa se refere sempre a “antes da Era Comum”, ou “antes de Cristo”. Isso fica, portanto, subentendido para períodos e séculos; no entanto, quando na data constar o ano ou o milênio será informado que é AEC.

⁵ Para uma abordagem explanatória sobre esse tema, veja Thomas (2024).

⁶ Veja os processos de urbanização e a circulação de objetos de valor no sul do Levante sob a presença militar e econômica do Egito na pesquisa arqueológica realizada por Greenberg (2019, p. 272-348); sobre entidades transjordanianas (Greenberg, 2019, p. 336-341), mas também em Tebes (2021).

⁷ Sobre a localização e a influência da Transjordânia na Cisjordânia na Idade do Ferro III – período que não consta do escopo desta pesquisa –, veja as observações de Burnett (2018) e Hensel (2024, p. 1-4).

da Jordânia central, desde 'Akuzah no Wadi al-Hasa, passando por Balu'a, Dibon (atual *Dībān*), Libb⁸, Madaba' e Heshbon, antes de continuar para o norte, através de Ammon, até Damasco e, eventualmente, até à Assíria" (Dolan; Edwards, 2024, p. 58).

Os sistemas pastoris e agrícolas das zonas desérticas, bem como as áreas de planalto em pequenas escalas, têm revelado por meio de pesquisas arqueológicas uma complexidade social muito particular. Comumente estudadas na perspectiva etnográfica de curta duração, portanto designadas de sociedades periféricas simples e estáticas, as sociedades nômadas levantinas têm sido abordadas na perspectiva da longa duração geográfica como sociedades complexas. A questão aparentemente óbvia, mas metodologicamente pouco considerada, como demonstrou o arqueólogo Rosen (2008), é o fato de o estudo das sociedades de caçadores-coletores implicar uma série de paralelos identitários que, para a sua explanação, os modelos analogistas e hipóteses não podem ter por comparativos os grupos sociais modernos; isso requer a concepção de uma categoria social.

Rosen (2008) problematiza os efeitos das interações entre povos autóctones de diferentes modos de vida e tecnologias usadas para verificar o impacto causado pelo desenvolvimento histórico no lugar territorial, na economia, demografia e as representações ideológicas transmitidas. Parece ser atualmente pouco contestável que as identidades são construídas; mesmo a afiliação tribal mantida por sistema de linhagem definido, como uma característica identitária, passa por construção e reconstrução (Tyson, 2015). As mudanças são regulares em qualquer das classificações, em termos de incursões e área agroecológica capazes de influenciar o aumento e o declínio demográficos, períodos econômicos circunstanciados envolvendo terras férteis, zonas residenciais e pastagens periféricas. Por exemplo o Negev da Idade do Bronze, apesar da alta proporção da produção de cerâmica pela população nômada foram encontrados artefatos importados. Ainda que em baixa proporção em relação aos períodos seguintes, as importações atestam interações complexas e a importância da economia tribal de longo curso etário no sul do Levante, ou Levante meridional. Em adição, as interações sociais no antigo Oriente-Próximo fizeram com que até a religião praticada no deserto por grupos nômades, seus panteões e rituais, adquirissem elementos de povos sedentários (Rosen, 2008). Em relação a povos de origem nômada, chama a atenção o processo de integração a diferentes culturas, inclusive estatais, porque "um nômade sedentário permanece intimamente ligado à tribo e aos parentes tribais que permanecem móveis" (Szuchman, 2009, p. 3).

A distinção entre os elementos da estrutura social depende da natureza do meio ambiente – não estritamente entre "nomadismo" e "sedentarismo", nem entre as estruturas estáticas "tribal" e "estatal" –, portanto depende da variedade de atividades econômicas com ramificações em variados modos de vida e da adaptação econômica ordenada numa entidade política⁹. Além disso, a ideia de "reinos tribais" tem sido recentemente confrontada diante das descobertas sobre o desenvolvimento artístico e tecnológico dos reinos transjordânicos, caracterizado como "revolução no deserto", mas por outra perspectiva acerca das evidências materiais, designado como "revolução urbana"¹⁰.

⁸ Cidade de difícil localização, mas poderia estar entre Madaba' e o curso do Wadi Wala, o principal tributário do moderno Mujib, ao lado da estrada que leva a Khirbat Atarus.

⁹ Uma das equívocos em pesquisas tem sido enfatizar a abordagem nos modelos de chefia relacionados a grupos sociais relegando a segundo plano as atividades econômicas e a estratificação social. Questões introdutórias interessantes sobre nômades e tribos foram apresentadas por Jeffrey Szuchman (2009, p. 2-6).

¹⁰ Veja as formas de designação social para esses reinos apresentadas por Routledge (2017) recentes descobertas arqueológicas demonstram a sofisticação tecnológica da Transjordânia, a "revolução no deserto" baseada na metalurgia, apresentada por Liss *et al.* (2020), Tebes (2021) e Bienkowski e Tebes (2024) e na produção têxtil, apresentada por Workman *et al.* (2023). Sobre a "revolução urbana", veja Buccellati (2008).

Estamos, pois, no Levante, uma imensa região que apresenta vários problemas de definição geográfica, dificultando qualquer simples divisão, cujo lugar territorial mais divulgado por causa dos acessos europeus é o Mediterrâneo ocidental. Sobre as definições limítrofes do Levante (Figura 1), o arqueólogo Routledge (2017, p. 50) se debruçou sobre esse problema e sugere as fronteiras: “1) o litoral e a planície adjacente, 2) as terras altas ocidentais que margeiam o vale do Rift, 3) o vale do próprio Rift com seus três principais rios (Orontes, Litani e Jordão), 4) a transição do planalto oriental para a estepe e 5) o deserto sírio”. Em grandes sub-regiões que auxiliem a ideia cartográfica da Bíblia hebraica, teremos o norte e o sul do Levante, Fenícia, Síria-Canaan/Palestina e Transjordânia. Na Jordânia acessa-se a região conhecida como Transjordânia: o planalto oriental e a estepe com a geografia contrastante das planícies e dos altiplanos, vales e o mar Morto, com zonas agricultáveis, o deserto e solos semiáridos e áridos. Greenberg (2019) propõe uma divisão em camadas longitudinais: o planalto costeiro de Ras el-Naqrāh, nas bordas do vale de Akko em direção ao sul, ao longo de Sharon, Filístia e os baixios da Shefelah; nas terras centrais, Líbano no Mediterrâneo, Israel Norte e Judah; ao sul situa-se o mar Morto com os vales de Rift e Arabah, além da confluência entre os rios Jordão e Yarmuk; enfim, o cruzamento das “montanhas e planaltos orientais, desde as montanhas do Antilíbano até o planalto da Transjordânia” (p. 4).

Essa geografia física continental com suas espécies existentes é periferia quando e de quê? Observo com Liverani (2022, p. 201), o império neoassírio “tinha pouca necessidade de mapas



Figura 1 – Levante, Chipre e o vale do Nilo (*Levant, Cyprus, and the Nile Valley*).

Nota: Tradução do nome das entidades políticas para o português por João Batista Ribeiro Santos.

Fonte: Aruz e Seymour (2016).

regionais ou mundiais: sua ecúmene era limitada, ao alcance da mão, administrável mediante a rede de itinerários”. Diferente, portanto, de potências comerciais e intelectuais levantinas, como as cidades-estados de Tiro – a fenícia que possuía mapa mental – e Ugarit – a Síria que possuía orientações marítimas avançadas –, ambas com raízes civilizatórias amurrita/amorita, hitita e aramita/araméia (MARTTU; KUR *a-mur-ri*; KUR ^{URU}Hatti; *ah-la-mi-i* KUR *ar-ma-ia*.MEŠ)¹¹. Sim, nos limites da Idade do Ferro I-II: e a aramaização da Assíria?¹² Para além disso, a Mesopotâmia existe mesmo? Norman Yoffee (2013, p. 109) observou que “no sentido político desse termo, a Mesopotâmia tem a desconcertante capacidade de se desmaterializar inteiramente, já que ‘Mesopotâmia’ existia predominantemente como um padrão de cidades-estados que raramente agiam de comum acordo no plano político – se é que agiam”.

Tem-se justificado que teve início no Bronze Tardio a internacionalização do Levante. A arqueóloga Killebrew (2005) aborda esse tema mormente pelas evidências de mudanças ocorridas no Mediterrâneo oriental, atestadas arqueologicamente pela variedade de estilo dos produtos e pelo cruzamento de conhecimentos tecnológicos em grande escala. Esses eventos atingiram, por meio de interconexões econômicas, as novas zonas de povoamento que foram construídas no sul do Levante após o colapso do Bronze Tardio e que, na Idade do Ferro, tiveram contato com egípcios, canaanitas, egeus e cipriotas. Killebrew (2005, p. 23) reconhece que “a dificuldade em aplicar os conceitos de centro-periferia ao registro arqueológico é que nem sempre é fácil, na ausência de um contexto histórico, distinguir entre núcleo, semiperiferia, ou periferia na cultura material”. No entanto, a arqueóloga Sherratt (2019) retomou o debate acerca do que foi por ela designado de processo de globalização econômica, que atingiu o sul do Levante, baseado no aumento do uso da prata, mas sobretudo pelos contatos de “fronteiras culturais” entre os séculos XII e VII AEC, mesmos períodos pesquisados por Killebrew.

Nessa linha, a hipótese levantada através da antropologia arqueológica desenvolvida por Dolan e Edwards (2024, p. 54), sobre o dinamismo das zonas de fronteiras, destaca uma interação cultural cujas mudanças comunitárias influenciaram no processo de construção das identidades étnica e religiosa na Transjordânia. Nessas “‘zonas de interfaces culturais’ nas quais grupos transversais e segmentários podem ser moldados, integrados e redefinidos”, as interações ou contatos interétnicos são um dos meios no processo de construção identitária e inovações técnicas. Assim, os especialistas justificam a postulação de que os resultados da análise de vários sítios nas rotas comerciais que causaram impacto nas culturas, inclusive religiosa, das zonas limítrofes do semiárido da Transjordânia, o centro-oeste da Jordânia e as cidades da rodovia do Rei, como Busayra, Dibon e Madaba’. Os materiais “confirmam que as zonas de fronteira são regiões altamente carregadas, caracterizadas por um intercâmbio cultural intensificado, exibindo aqui não apenas a cultura material assíria, mas também egípcia, edomita, fenícia e árabe” (Dolan; Edwards, 2024, p. 53). As descobertas atingem diretamente as abordagens sobre as bordas e fronteiras demarcadas, bem como os limites e mapas mentais, como lugares territoriais de separação à guisa

¹¹ Aqui, por motivo de limite temporal, não menciono as potentes cidades-estados levantinas de Mari, Karkameš e Emar, que no período protobabilônico formaram, com o reino levantino de Yamhad, o “centro” do antigo Oriente-Próximo – antes da emergência da primeira dinastia de Babilônia, que foi seguida por Hatti e Mitanni. Sobre a ideia de “periferia”, Mario Liverani se mantém coerente com o seu ponto de vista de cerca de quatro décadas, a saber, que o Levante é periferia; mais recentemente ele mencionou que os grupos populacionais levantinos eram “selvagens” na visão dos assírios (Liverani, 2022, p. 51-52).

¹² Esse foi um dos grandes fenômenos culturais e de transformação econômica ocorridos na Idade do Ferro II; sobre os contextos históricos e a reciprocidade envolvendo a assirianização do Levante e a aramaização da Assíria, veja Mazzoni (2014; 2016). Com efeito, a meu ver, cabe inquirir a forma como o Levante foi transformado em “periferia”, um ponto de vista ocidentalizante e imperial (assírio!) que tornou a incomparável cidade-estado síria de Mari, da época de Zimri-lim, em mesopotâmica, adotou a abundante cultura material de Jerusalém/Judah, sob a designação de “arqueologia bíblica”, o disputado “período bíblico” etc., e quase apagou a Transjordânia, a Anatólia e os centros administrativos dos pelishtim/filisteus no Mediterrâneo meridional. O que designo como um ponto de vista ocidentalizante, Hensel (2024) chama de “ponto de vista da história de Israel”!

de uma periferia impermeabilizada para Estados entendidos como geograficamente definidos, com política, cultura e etnicidade – um equívoco diante dos testemunhos sobre o dinamismo étnico e das inovações tecnológicas de reinos esquecidos.

É interessante notar que a transição do período arqueológico do Bronze Tardio para o Ferro representou para as entidades políticas da Transjordânia o início de uma mudança de estado social, ou status, mas em seguida, a partir do século X, sobretudo nos séculos IX–VIII, ocorreu a mudança na natureza política¹³. Pode-se inferir a expansão territorial, inserção nas redes comerciais em que o Egito, as metrópoles do Mediterrâneo oriental, Egeu, Assíria e mais fortemente a Cilícia participam, a construção de cisternas e sistema de distribuição de água em Moab (Kaplan, 2010; Routledge, 2013), a industrialização na Arabah (Bienkowski; Tebes, 2024; Liss *et al.*, 2020; Tebes, 2021) e a urbanização dos centros habitacionais transformados em cidades orientadas por um poder central onde o governante é chamado de rei e estabelece o culto a uma divindade nacional, respectivamente Milkom (*mlkm*), Kamosh (*kms̄*) e Qos (*qš; qsmk*). Buccellati (2008, p. 152) afirma que a industrialização é uma noção social que remonta ao terceiro milênio AEC; o impacto econômico era circunstancial e momentoso, sendo que o Estado interferia através da taxaço. Funcionalmente, o processo informal é, na Idade do Bronze, “os utilizadores urbanos de um objeto de bronze não estão necessariamente conscientes, e muito menos controlam individualmente, a longa cadeia de acontecimentos que levou ao fabrico do objeto” – o processo de extração e produção do metal, o comerciante de lingote, o artesão da fundição, o artista visual e o comerciante da obra acabada. Em Edom e no Negev da Idade do Ferro, essa informalidade anônima e totalmente autônoma passará por mudanças; nesse longo período, as elites empresariais emergentes operam o controle da cadeia produtiva e das redes comerciais.

Na Idade do Ferro, as potências de agir políticas na construção de reinos da Jordânia nos leva a questões abrangentes, talvez a mais importante seja a dimensão do poder, que diz respeito diretamente ao autorreconhecimento étnico, porque faz parte do plano político de controle do lugar territorial cujas riquezas despertavam interesses externos. Nesse caso, a sociedade tribal ordenada por chefe ou patriarca deve aceitar algum modelo de Estado conhecido para a adequação de suas tradições para que possam funcionar como produtos da nova estrutura. Seriam mais acessíveis os motivos da evolução social se os meios ambientes que passaram por transformação fossem cobertos por terras férteis, considerando que outros fatores como a desigualdade da riqueza e o controle das espécies existentes estão no fundamento das sociedades. Então, o desafio é materializar a estatização de uma região de padrão de povoamento disperso pelo difícil acesso a água em aldeias e cidades afastadas dos vales. Isso nos sugere que as elites dirigentes das metropolitanas Amman, Nebô (*Nībū*) e Dibon, entre Ammon e Moab, estivessem mais diretamente interessadas na mudança de estado social do que os trabalhadores da zona metalúrgica de Edom, que mantinham as antigas conexões abertas através da exportação de cobre – dessa forma, mencionei duas categorias que se encontram no contexto da internacionalização do Levante. Inquiri acima sobre a tardia recepção científica desses reinos; Hensel alude à sua importância para o antigo Oriente-Próximo:

No entanto, considerando a Idade do Ferro, o estudo das regiões da Transjordânia e os reinos de Ammon, Moab e Edom durante esse período experimentou uma ascensão nos últimos anos, com interesse particularmente alto em seus aspectos históricos e arqueológicos, bem como seu lugar dentro de estudos maiores do Oriente Próximo. Enquanto isso, sua importância para o destino do sul do Levante na antiguidade está se tornando cada vez mais evidente. Apesar de estarem nas franjas do sul do Levante, esses reinos tinham políticas bastante influentes; tanto as atividades de mineração de cobre de Edom nos estágios iniciais de sua organização tribal nômada (em Timna e em Faynan),

¹³ Veja particularmente sobre isso em Routledge (2017, p. 59-60).

bem como os sistemas econômicos e de comércio internacional posteriores provaram ser bastante impactantes para todo o Mediterrâneo oriental (Hensel, 2024, p. 1-2, tradução própria)¹⁴.

À parte a fina ironia diante do reconhecidamente tardio contorno às rotas a leste do Jordão, divirjo do fato de aqueles reinos prosperaram somente a partir do século IX AEC (Hensel, 2024), porque a integração das rotas que viabilizou vários acontecimentos durante o Reino Novo hitita teve reflexos bem antes na região por meio da urbanização de cidades. As rotas e o comércio com o Egito e metrópoles mediterrâneas, cruzando o rio Jordão e o vale da Arabah, são do Ferro I; acrescente-se que a produção de cobre em escala industrial e a materialidade das inovações tecnológicas têm recebido datação a partir do século X¹⁵. Como vimos, as tecnologias e os novos assentamentos se espalham pela geografia! Nesse sentido, as camadas longitudinais indicadas por Greenberg auxiliam no estudo das políticas regionais; parece referenciar no que diz respeito à Transjordânia a conclusão de Hensel (2024, p. 3): “o rio Jordão e o Wadi Arabah eram uma rota e não uma barreira, conectando a Transjordânia ao oeste”, ou seja, o Mediterrâneo meridional está logo ali, mas também a vizinha Síria e a Fenícia.

Podemos dizer que a emergência de um grupo social baseado na linhagem de parentesco, ou entidade política segmentária, com as ferramentas sociais suficientes para constitui-lo num grupo econômico e num lugar territorial com capacidades agroecológicas capazes de manter acomodada a população, poderá dar início a uma estratégia de apropriação de bens coletivos, mas logo precisará de mão de obra profissionalizada. A forma de desenvolvimento ordenado encontrada para que sejam controlados os bens coletivos, mão de obra e produção foi a estatização. Não obstante, para que a ordem da realeza não fosse enfraquecida nem posteriormente abolida, o Estado inventou tradições, modos de vida e propagandas ideológicas que elaboram a mentalidade coletiva com a intenção de que a mesma se torne uma memória social; estatutos nos quais a adesão da população não seja apenas um evento de conveniência econômica, mas de apego ideológico ao dirigente e sua produção cultural.

Na sequência das mudanças regionais geradas pelo início da globalização do antigo Oriente-Próximo está o acesso aos artefatos de luxo, em grande parte importados das metrópoles. Yoffee (2005, p. 39) expressa que as obras de arte e a arquitetura monumental “são símbolos das novas ideologias dos Estados, isto é, o conceito segundo o qual deveria existir um Estado, liderança centralizada, elites e dependentes, os poderosos e os desprovidos de poder”. A ideologia, portanto, é a ferramenta persuasória da população; por ela os desprovidos de poder são induzidos a assentir que os reis e as elites palaciais são merecedores dos bens e regalos porque sem eles a vida não seguiria o seu curso normal com lei e ordem – o poder centralizado com datas comemorativas e o controle das espécies existentes –, mas sobretudo porque os reis são os únicos capazes de se comunicar com as divindades para que todas as esferas cosmológicas continuem funcionando regularmente.

Assim, a realeza usa todos os existentes na construção de escalas: “os deuses e os mortos também fazem parte da nova ordem e absorvem grande proporção do excedente que flui para

¹⁴ No original: “Yet, considering the Iron Age, the study of the Transjordanian regions and the kingdoms of Ammon, Moab and Edom during that period has experienced an upswing in recent years, with particularly high interest in its historical and archaeological aspects as well as its place within larger Near Eastern studies. Meanwhile, its importance for the fate of the Southern Levant in antiquity is becoming increasingly clear. Despite lying on the fringes of the Southern Levant, these kingdoms were rather influential polities; both the copper mining activities of Edom in the early stages of its nomadic tribal organization (at Timna1 and at Faynan2) as well as the later international trade and economic systems proved rather impactful for the entire eastern Mediterranean”.

¹⁵ Veja uma série de pesquisas de interesse: Killebrew (2005), Buccellati (2008), Dion e Daviau (2010), Suriano (2014) Mazzoni (2016), Younger (2016), Burnett (2018), van de Mieroop (2020), Tebes (2021), Daviau (2022), Osborne (2022), Klassen e Danielson (2023), Workman et al. (2023) e Bienkowski e Tebes (2024).

o Estado, mas o agente da transmissão é o governante” (Yoffee, 2005, p. 39), porque ele é quem “‘garante’ a fertilidade, paz e prosperidade” (Steiner, 2014, p. 778). Na nova ordem das relações sociais repleta de escalas transmitidas pelo rei, na qual as pessoas subalternizadas ficam sem forma alternativa de sobrevivência no local, a população constrói o reino através das atividades sociais ordenadas – guerra, agricultura, subserviência e construção. Alcançada a subalternização forçada, mas ordenadamente, a legitimação funciona como consenso da violência e se torna imprescindível para fundamentar a lógica da política de desigualdade que avança do prestígio público ao provisionamento estatal dos produtos básicos para a dieta alimentar da população.

Na Transjordânia não existiu um Estado territorial, mas a dessemelhança da paisagem se deveu aos diferentes tipos de terreno e, conseqüentemente, à diversidade da forma dos assentamentos, tamanho e culturas¹⁶. A mapografia arqueológica da Transjordânia no Ferro I apresenta uma acentuada concentração de cidades em Moab e grande quantidade de assentamentos em Ammon, refletindo a imigração de aramitas/araméus beligerantes do oeste do Jordão (Santos, 2019b). A mobilidade populacional se inverte no Ferro II, quando Edom passou a apresentar o maior número de localidades da sub-região do mar Morto em decorrência do desenvolvimento das zonas metalúrgicas¹⁷. Topograficamente, faz sentido dividir a região em três grupos que representam tanto o tipo de solo quanto a qualidade da vida dos moradores, o vale do Jordão, os altiplanos e as zonas desérticas.

O vale do Jordão apresenta evidências materiais de multiculturas de assentamentos da Idade do Bronze e que, no Bronze Tardio, se tornou um local onde vários grupos étnicos se encontraram seja como moradores, seja em travessias regionais – para a Síria, zonas do Mediterrâneo e para as rotas que ligavam ao Sinai e norte do Egito. Por outro lado, o desenvolvimento cultural nas terras altas continuou sendo um acontecimento em pequena escala do Ferro II, como resultado da interação de tribos com a cultura urbana das cidades das planícies do Jordão¹⁸. Especialmente na Síria-Mesopotâmia, a tribo emerge como uma alternativa a cidades-estados, com sedentários na maioria da sua população; são sociedades com especialização básica no sistema econômico e estratificação incipiente¹⁹. No Levante, os processos de assentamento nas terras altas são um fenômeno com estágio inicial no Ferro I. Na Transjordânia, isso demonstra a natureza móvel das comunidades e o seu crescimento acelerado, não obstante as diferentes ocupações de terra determinadas pelo contato dos vários povos originários – amurrita/amorita, canaanita e aramita/araméu em contato com os grupos étnicos ammonita, moabita e edomita. Sobretudo, a interação de povos de alguma forma controlados em cacicados e por reis resultou em conflitos regulares na região, com os reinos – Aram-Damasco e Israel – dispendo de suas forças militares para invadir as maiores cidades ammonitas e moabitas, não por acaso as mais próximas da planície do Jordão²⁰.

Apesar de relativamente menos atraente em relação a zonas centrais e costeiras levantinas, a Transjordânia manteve várias cidades com assentamentos remanescentes do Bronze Tardio na zona de planalto do Jordão, algumas com cemitérios. Estudando a cultura material da Transjordânia do Bronze Tardio, Larry G. Herr encontrou paralelos entre os testemunhos materiais de cidades dos limites territoriais ammonitas e moabitas, como Tall al-‘Umayri e Khirbat al-Lahun, com

¹⁶ O antropólogo Norman Yoffee (2005, p. 192-94) analisa métodos interpretativos que auxiliam na comparação de padrões de cidades antigas.

¹⁷ Veja os mapas de sítios da região em Herr (2014, p. 651) e Bienkowski (2014, p. 783).

¹⁸ Uma análise das fontes iconográficas é apresentada por Herr (2014).

¹⁹ Muitas tribos possuem mecanismos sociais para impedir que o chefe se torne um líder totalitário, visando a manutenção do acesso igualitário aos meios e à produção. Sobre os processos de transformação e desenvolvimento industrial nas tribos, ver Buccellati (2008, p. 149-50); sobre os contrastes com o Estado, ver Szuchman (2009).

²⁰ Sobre a apropriação, conflitos e produção de artefatos, ver Santos (2019b) e Workman *et al.* (2023).

artefatos encontrados nos altiplanos do norte de Jerusalém do mesmo período. Herr (2014, p. 652) sugere que o sistema econômico dos existentes locais era simples e foi adaptado “por grupos tribais iniciando um longo processo de sedentarização nas áreas montanhosas da Jordânia”. Os assentamentos de cidades importantes como Deir ‘Alla, no vale do Jordão, e Dibon, no altiplano, atestam o sedentarismo no início do Ferro I com reconstruções de lugares de moradia; até mesmo na grande Madaba’ parece ter havido moradores que permaneceram no local, considerando o túmulo encontrado na cidade (Herr, 2014). Essas referências dizem respeito ao início da Idade do Ferro, logo depois das transformações sociais impostas por pequenos produtores taxados e sobretudo por populações oprimidas em ambientes de servidão e imobilidade física no final da Idade do Bronze.

Ao contrário de outras sub-regiões costeiras, da Síria e da Fenícia ao Karmel e Filístia, mas também diferente dos processos de assentamentos nas zonas centro-sul da Síria-Canaan, a atividade sedentária na Transjordânia se consolidou no Ferro I em meio à intermitência da posse de terra pelos moradores. Os utensílios de cerâmica produzidos atestam as várias fases do sedentarismo que alternavam períodos de crescimento ocupacional com migrações para outras sub-regiões, com as planícies do Jordão apresentando ocupações de maior consistência²¹. O volume de ocupação aumentou no período seguinte; mas em meados do século IX, quando líderes locais enviam forças militares para retomar cidades anexadas por reinos em expansão entre o século X e a primeira metade do século IX, as confederações tribais são confrontadas com a expansão imperial da Assíria liderada por Shalmanasar III (858–824 AEC). Em meio a anexações e devastações assírias desde Assurnasirpal II (883–859 AEC), pouco se conservou das vozes transjordanianas²², onde parte dos existentes humanos e animais é forçada pela qualidade agroecológica e pelos padrões climáticos a viver em regime de transumância²³.

A construção dos reinos: etnotribalismos e os contrastes político-culturais

Ammon

Muitos povos do planalto central jordaniano da Idade do Bronze Tardio fizeram parte da constituição socioétnica do conjunto de tribos e cidades conhecido como Ammon (árabe: *ammūn*; acádio: *kur-a-ma-na-a-a*; *bīt am-ma-na-a-a*; hebraico: *‘ammōn*), que, no seu padrão de reino, no século VII, fez de Rabbat-Ammon, a moderna Amman. Foram encontradas em Amman evidências de que funcionou um sistema econômico dirigido pela elite da cidade no Bronze Tardio. No sítio, além de restos humanos foram identificados objetos de luxo; segundo o especialista em documentação ammonita Burnett (2018), a cultura e a tecnologia dessa época passaram a ser desenvolvidas no Ferro IA, ou transição entre o Bronze Tardio e o Ferro I (1190–1130 AEC), nas localidades de Baqah, Safut, Amman, Sahab e Umayri, quando a indústria metalúrgica em Mugharat Wardeh, cerca de quatro quilômetros de Wadi Zarqa, produzia utensílios domésticos de ferro. No período de instabilidade econômica e de graves conflitos políticos que caracterizaram a transição entre o Bronze e o Ferro, Ammon conseguiu manter as suas redes de produção agrícola e de comércio. Essa identificação étnico-social compartilhada foi possível por uma série de fatores: a geografia física do planalto, “a longa história de assentamentos e a proximidade com as principais rotas comerciais o

²¹ Isso é o que as escavações arqueológicas nos locais têm comprovado, segundo Herr (2014, p. 656-57).

²² RINAP 4 (Leichty, 2011), com inscrições que mencionam reis de Moab e de Edom submetidos a tributos por reis da Assíria.

²³ Notável, não obstante o artigo ser introdutório, o fato de uma síntese da economia do sul do Levante mencionar cidades-estados sírias, Grécia e Chipre, mas deixar de citar a Transjordânia (Steiner, 2014, p. 680-81).

predispuseram a uma hierarquia de assentamentos estável e sistema econômico regional centrado em Amman durante os tempos do Bronze Tardio e o Ferro I” (Burnett, 2018, p. 315).

As inscrições assírias mais antigas a mencionarem Ammon são do início do século IX; com indicação de que a entidade política estava de alguma forma subalternizada ao império, as fontes epigráficas situam-se temporalmente entre meados do século IX e o início do VIII, sendo talvez a inscrição mais importante a estela monolítica escava na cidade de Tušḥan, *Kurḥ*, o assim chamado Monólito de Kurkh do rei Shalmanasar III, cerca de 852 AEC (Na’aman, 1976; Tyson, 2015). A historicidade da existência de Ammon como uma confederação tribal está na sua participação na coalizão de reinos levantinos contra o avanço do império neoassírio no sul do Levante. Não se tem conhecimento sobre a quantidade de militares que o rei ammonita Ba’ása de Bīt-Ruḥubi (*ḿba-’a-sa DUMU ru-ḥu-bi KUR a-ma-na-a-a*) liderou, mas o Monólito de Kurkh sugere que um número em torno de três dígitos de pessoas se dispôs para a guerra em Qarqar no ano de 853 AEC, quando cerca de doze reinos e Estados levantinos impediram parcialmente o avanço das guarnições assírias do rei Shalmanasar III²⁴. De Ammon, também com datação de meados do século IX, há uma inscrição comemorativa em artefato retangular de pedra calcária que lembra a inauguração do templo de Milkom, provavelmente em Amman. No início das linhas fragmentadas é possível ler: “[As palavras de Mi] lkom, [aquele que] construiu para si mesmo entradas circulares [...]”²⁵.

O século IX AEC testemunhou o início do período de maior crescimento, quando os grandes centros em atividade no Ferro I, cerca de 15 sítios identificados, foram mantidos no Ferro II, período em que Ammon passou a contar com 97 sítios com cidadelas medindo até 10 hectares. Cerca de 36 sítios mantinham pequenas cidades com várias casas, alguns sítios foram encontrados não mais que dois edifícios retangulares construídos de blocos de calcário e estruturas indefinidas, talvez casas de blocos de calcário ou complexos agrícolas. A fonte textual do período é a assim chamada “inscrição da cidadela de Amman”, escavada no ano de 1961 da Era Comum e medindo 10,25 x 7,5 polegadas²⁶.

Pelo menos uma fonte textual ammonita sugere que o governante de Ammon é um rei de linhagem, ou líder de grupo étnico, a inscrição de Tall Siran, de cerca de 600 AEC: *mlk bn ’mn* (“rei dos filhos de Ammon”)²⁷. Não temos disponível fonte textual com detalhes sobre a época em que os ammonitas teriam pago tributo ao reino de Judah²⁸, apenas indício tomado da inscrição monumental do rei Meshá (*mš*). Mas caso isso seja histórico, foi sem dúvida episódico, porque “os ostraca ammonitas de Tall Mazar, no vale do Jordão, e de Tall Hisban refletem a expansão ammonita para além das terras centrais do planalto de Ammon” (Burnett, 2018, p. 319). Esse crescimento de Ammon teria ocorrido durante as últimas três décadas do século VII, paradoxalmente na época em que Judah se fortaleceu sob o reinado de Josiah²⁹.

²⁴ Registros documentários em: RIMA 3, n. 102.2, linhas 89-97 (Grayson, 2002); CoS II, 2.113A (Younger, 2000); veja abordagens em: Younker (2014, p. 760), Younger (2016, p. 456), Liverani (2022, p. 129) e Santos (2021).

²⁵ CoS II, 2.24 (Aufrecht, 2000).

²⁶ Ver Younker (2014, p. 761 e 763-64).

²⁷ Burnett (2018, p. 316) entende que tanto a inscrição quanto o enunciado hebraico se referem a “crianças”; a minha divergência se baseia na origem social da palavra *bn*, como linhagem social e de parentesco, e nas fontes epigráficas assírias dos séculos VIII e VII que grafam a palavra *bīt*, “casa”, quando se referem a reino, também mantendo a ideia de linhagem.

²⁸ O fato indiciário é abordado como evidência por Randall W. Younker (2014, p. 760); esse biblista, em seu artigo, vale-se dos textos dos livros bíblicos das *Crônicas* para interpretar possíveis eventos – a meu ver, uma temeridade, por serem narrativas muito tardias, talvez do período hasmoneu em sua grande maioria. Sugiro o interessante debate sobre datações levantado pelo importante arqueólogo Finkelstein (2022) em que parte de suas próprias pesquisas arqueológicas.

²⁹ Veja os sítios nos mapas apresentados por Herr (2014) e Younker (2014) para uma ideia de dimensão e afiliação do reino de Ammon, com ocupação espacial maior que Moab e Edom.

Moab

Se Ammon tem o rio Jabbok, Moab tem o wadi Mujib (Arnon), uma reserva de água natural de baixíssima altitude, à sombra de altiplanos propícios para a agricultura, em que a maioria das cidades está situada no norte. “Vários wadis profundos correm de leste a oeste em direção ao mar Morto, que constitui a fronteira ocidental de Moab. A leste de Moab começa o grande deserto” (Steiner, 2014, p. 770). Na expressão de Burnett (2018, p. 325), “Moab estava de acordo com o caráter da Transjordânia central – uma região fragmentada entre cidades e áreas onde títulos de realeza operavam principalmente em nível local”. Os conflitos com os reinos vizinhos, Israel, Aram-Damasco e Ammon inicialmente, ocorriam pela disputa das cidades do norte; grandes e contando com estrutura administrativa necessária para o funcionamento de esferas estatais, Madaba’, Nebô e Atharot eram algumas das cidades controladas por israelitas na primeira metade do século IX, conforme denúncia do rei Mesha em seu monumento (Clermont-Ganneau, 1887; CoS II, 2.23 [Smelik, 2000]; Germany, 2024; Santos, 2019a; 2025)³⁰. Um selo com escrita ammonita do século VII encontrado em escavação arqueológica na cidade de Tall Jalul, próxima de Madaba’, tem sido indicado como atestação do controle de Ammon sobre cidades moabitas localizadas em zonas ao norte³¹, numa época em que ambos já estão organizados como reinos. Em que pese a diferença do nível de influência regional, parece que era bastante conhecida a disputa entre as duas entidades políticas sobre o controle da cidade de Heshbon e de parte dos baixios do Jordão.

As escavações revelam a materialidade habitacional do reino através de muitos artefatos; algumas fontes do século VII (RINAP 4, n. 1 [Leichty, 2011]), pelas quais o rei assírio Assarhaddon (680–669 AEC) gaba-se de tributar Moab, preservam contextualmente de forma indiciária, a meu ver, o funcionamento da etnomarquia. Basicamente, os assentamentos eram orientados segundo a atividade social combinada com a condição econômica, com as cidades protegidas por fortificações de um lado e, de outro, o campesinato com os moradores nas aldeias e pequenas cidades com instalações agrícolas³². Moab é um nome geográfico e não exatamente a identificação étnica de um grupo social, ou uma pessoa, como quer fazer notar o escritor das lendas em torno de Lot (*Lôť*) no livro do *Gênesis* (*BHS*)³³. Apesar de fazer parte dos povos de origem aramita/arameia numa região que na Idade do Ferro contava também com as culturas linguísticas fenícia e neo-hitita, o reino de Moab era uma entidade etnolinguística matricial, de acordo com Bruce Routledge (2017). André Lemaire (2010) analisou fontes epigráficas egípcias, por meio das quais relaciona os edomitas com os shasu (*šašw* ou *šosū*; *š3sw*); a pertinência, por outro lado, estaria em relacionar os moabitas dos textos do faraó Ramsés II com os shasu. De acordo com tais fontes, Moab (*mw-i-bw*) já possuía no século XIII cidades fortificadas e guarnições egípcias que podem ter estacionado no planalto de Karak (Burnett, 2018, p. 322-23), território moabita às margens da rodovia do Rei entre Ammon e Moab, levando ao abandono de vários assentamentos de povos autóctones. Assim, a etnolinguagem fazia parte da vida social do povo que se representa na inscrição do rei Mesha.

A reconquista de cidades contribuiu estrategicamente para a construção das esferas do poder monárquico na medida em que tiveram suas estruturas incorporadas ao novo modelo de controle da população, através da centralização do sistema político. É o caso de Khirbat Atarus

³⁰ Não faz parte do escopo desta pesquisa historicizar a inscrição monumental do rei Mesha, faço apenas menção como leitor do artefato; no entanto, remeto a duas pesquisas recentes sobre a inscrição (Santos, 2019a; 2025). Veja também os trabalhos clássicos de Ginsburg (1871) e Clermont-Ganneau (1887).

³¹ Steiner comenta sobre a expansão de Ammon em terras moabitas entre os séculos VIII–VII AEC (2014, p. 770-72).

³² Sobre isso, ver Steiner (2014, p. 772-74).

³³ Essa é uma das questões apresentadas pelo historiador Paul-Eugène Dion no artigo em coautoria com a arqueóloga P.M. Michèle Daviau (Dion; Daviau, 2010, p. 205). Todas as passagens/citações/texto bíblicos foram extraídos da *Bíblia Hebraica Stuttgartensia* (Elliger; Rudolph, 1997), citada como *BHS*.

(Atarot), capital israelita em Moab, sobre a qual escavações arqueológicas atestam construções monumentais e um complexo religioso com parafernália cúltica, bem como as cidades conquistadas nas zonas de fronteira como Bashan e Gilead, além das fortificações encontradas em Ayn Sara e Khirbat Mudayna, cidades localizadas próximo a Wadi ath-Thamad³⁴. Com a unificação do sistema segmentário até então disperso, todas as cidades passaram a compor o território do reino que ambientou a centralização política em Dibon.

Os vários túmulos escavados na cidade de Dibon (Dion; Daviau, 2010, p. 215), datados de cerca de 850–650 AEC, auxiliam na apreensão dos costumes funerários da população local, mas não avançam além do que sabemos através das inscrições em termos do funcionamento das esferas de poder central; com a cerâmica, a dificuldade consiste em estabelecer uma sequência comparativa entre os sítios. Por outro lado, parece que os moabitas inventaram um estilo próprio na fabricação de objetos de cerâmica porque, apesar de fabricarem jarras com estilo fenício, a sua produção se distingue dos modelos dos seus vizinhos judaítas e ammonitas. Um molde da técnica de construção empregado em Khirbat al-Mudayna al-'Aliya – um dos seis sítios com o nome de Khirbat al-Mudayna, que significa “ruína da velha cidade” – se assemelha a estruturas encontradas no sítio ammonita de Tall Jawa, ao sul de Amman (Dion; Daviau, 2010).

Edom

No papiro Anastasi VI, 54–56, Edom é citado ao lado dos shasu, beduínos da sub-região árabe do Levante como se fosse do mesmo grupo social edomita – Shasu da tribo de Edom –, numa carta de cerca de 1205 AEC, considerando que esse é o oitavo ano de reinado do faraó Merneptah (c. 1213–1203 AEC)³⁵. Seriam povos assentados nas margens orientais do Delta ao longo do norte do Sinai³⁶. De fato, esses povos mantinham uma organização social em forma de tribo com alguma linhagem, mas a carta do papiro desloca o lugar geográfico edomita. Para André Lemaire (2010, p. 226), “essa menção das ‘tribos dos Shasu de Edom’ parece implicar que Edom está situado a leste do Delta egípcio. Na verdade, a menção de Edom é de alguma forma paralela à menção de Seir em outros textos egípcios”. Burnett (2018, p. 313) nota que herdeiros desses beduínos teriam se sedentarizados no local durante o Ferro I; isso, portanto, desloca o território de Edom do vale da Arabah para as montanhas do Negev, por aproximação com o Delta. Seir seria parte de Edom que, por sua vez, seria uma territorialização regional no Bronze Tardio; enquanto na monarquia edomita do final do século VIII AEC, o Negev central, oeste da Arabah, corresponde a uma identificação geográfica³⁷.

Edom foi localizado no sul da Jordânia, entre o mar Morto e o mar de Juncos (“mar Vermelho”) ao longo do vale da Arabah, com registros arqueológicos de sítios escavados que evidenciam ocupação nos altiplanos desde o Bronze Tardio³⁸. O nome do lugar faz referência a cor de terra, diz respeito ao complexo montanhoso núbio localizado no sul da Arabah, próximo ao Wadi al-Hasa/al-Ahsa (Zered). Topograficamente, com escalas de altiplanos e baixios agriculturáveis, suas rotas do mar Morto a Damasco e do Wadi Arabah cruzando o Negev em direção a zonas do

³⁴ Veja a interpretação da documentação em Burnett (2018, p. 325–27); veja também 2 Reis 10.32–33 (Elliger; Rudolph, 1997). Em tempo: todas as transliterações de textos semíticos (acádio e hebraico) e traduções são do autor a partir das obras citadas.

³⁵ CoS II, 2.4A (Kitchen, 2000).

³⁶ Os beduínos Shasu são designados em fontes epigráficas egípcias como edomitas. Nas campanhas no sul do Levante, provavelmente na cidade de Gaza, um documento encontrado no templo de Karnak, em Tebas, informa que os Shasu atacaram a guarnição egípcia e o rei Sethos I capturou quase todos: “Sua majestade cap[tur]ou a totalidade deles, para que nenhum escapasse” (CoS II, 2.4A [ver Kitchen, 2000]).

³⁷ Sobre isso, Lemaire (2010, p. 227); ver também Danielson (2020, p. 74–75).

³⁸ Sobre análise de cerâmica e datação cronológica, ver Danielson (2020, p. 81–84).

Mediterrâneo permitiam a Edom ser, desde o início do primeiro milênio AEC, um participante privilegiado do sistema econômico do sul do Levante. No extremo sul, divisa do mar de Juncos e as áreas desérticas pela vegetação irano-turaniana do atual Ras en-Naqab³⁹. Uma fonte textual neoassíria enuncia a taxaço do rei Adad-nārārī III (810–783 AEC) sobre as entidades do sul levantino, sendo que Edom é a primeira cidade taxada a ser mencionada, logo depois das cidades-estados fenícias de Tiro e Sidon⁴⁰. Antes, porém, dessa fonte que indica Edom como um reino entre o final do século IX e início do VIII, outra fonte neoassíria demonstra a independência política edomita quanto ao envio de tropas para a coalizão antiassíria da guerra de Qarqar, em 853 AEC.

Edom (*'dm*) e Aram (*'rm*) são facilmente confundidos quando se trata de entidades políticas nomeadamente, seja pelos contatos em muitas zonas do sul do Levante, por causa das suas culturas de mobilidade, seja pela confusão que causa a primeira letra de ambos. Como o “*dalet* e o *resh* eram idênticos na escrita aramaica por volta dos séculos V–III AEC” (Lemaire, 2010, p. 225), muitas fontes hebraicas de narrativas retroativas ficam comprometidas e por isso requerem atestaço contextual⁴¹.

Contrastes políticos

Quando os assentamentos de grupos sociais nomádicos e a produção de cobre, iniciados por volta do século XIII AEC, terminaram e o controle administrativo ficou sem função em Faynan – o maior centro das zonas metalúrgicas –, no século IX, o novo processo de sedentarização iniciado no século X se deslocou do vale da Arabah para os altiplanos e a cidade de Busayra – talvez a bíblica Bozrah – foi estabelecida como a capital do reino com aparato para administrar as mineradoras, onde evidências arqueológicas sugerem que teve início a organização política edomita⁴². No entanto, a elite urbana manteve os seus empreendimentos residenciais na cidade de Khirbat an-Nahas, planície associada ao Wadi Arabah; nesse local, pesquisas arqueológicas identificaram vestígios de atividade social do final do século XII ao início do IX AEC (Bienkowski, 2023; Danielson, 2020). Fontes epigráficas egípcias indicam que no período intermediário entre o Bronze Tardio e o Ferro I, no século XII, surgiram os primeiros assentamentos em Faynan, na zona metalúrgica acessada pela rodovia do Rei e, assim como Timna, próxima de Wadi Arabah⁴³. Como mencionado anteriormente, Bienkowski entende que Edom se tornou uma entidade política com realeza no século VIII a partir de processo político iniciado no século X AEC; por outro lado, Nadav Na'aman (2021) postula que isso ocorreu entre os séculos X e IX AEC. O que parece consensual é que o processo de sedentarização, baseado na produção e exportação de cobre em escala industrial, levou à emergência do reino quando o império neoassírio já se encontrava militar e culturalmente presente no sul do Levante.

É nesse amplo contexto que reis da dinastia israelita fundada por Omri invadem terras da região passando a controlar grandes cidades, como Dibon, Atarot, Keriot, Mefa'at, Qedemot, Nebô,

³⁹ Veja indicação em Burnett (2018, p. 329–30) e o aspecto topográfico, em Danielson (2020, p. 74–78).

⁴⁰ RIMA 3, n. 104.8, linha 12 (Grayson, 2002).

⁴¹ Apenas como exemplo, esse problema ocorre nas camadas literárias de *Gênesis* 36, onde se identifica a linhagem de Esaú (*'ēšāw*) com Edom: *'ēlleh bənē 'ēšāw wə'ēleh 'allūpēhem hū' 'ēdōm* (v. 19: “Estes [são] filhos de Esaú e estes [são] chefes deles, aquele [que é] Edom”). Nesse capítulo 36 do *Gênesis* consta uma lista de “reis de Edom”; o fato de tratar-se de reis em memória oral de fundação expõe o problema hermenêutico da narrativa. Contra a historicidade de *Gênesis* 36, Lemaire argui que 2 Reis 8.20–22 situa o início da monarquia edomita por volta do século IX, na época em que Joram (*yôrām*, c. 848–841) reinou em Judah; “nenhum nome dos ‘reis de Edom’ mencionados em *Gênesis* 36.31–39 contém o teônimo Qôs (qs), bem conhecido como o deus nacional de Edom” (Lemaire, 2010, p. 227–28). Na lista, aparece o nome de um homem, “Bela ‘filho de Beor”, que o escriba pode ter identificado a partir do nome do vidente “Bilam filho de Beor”; sobretudo, a lista contém nomes tipicamente aramitas/araméus, e nota-se a aliteração em “d” e “b”: como Yobab, Hadad e Bedad (Danielson, 2020, p. 74–75; Lemaire, 2010, p. 227).

⁴² Veja a análise e a bibliografia apresentadas por Danielson (2020, p. 91–92).

⁴³ Veja mapa da região publicado por Klassen e Danielson (2023, p. 1206).

Qiryaten, Bet-ba'al-me'on e Yahaz. A quantidade de cidades reflete o poderio militar e a grande influência político-econômica que Israel acumulou ao longo da primeira metade do século IX AEC, impondo uma nova fronteira entre Ammon e Moab⁴⁴. Além da inscrição monumental de Mesha, alude-se às inscrições fragmentárias de gesso escavadas em Deir 'Alla, localidade distante cerca de oito quilômetros a leste do rio Jordão. Essas inscrições foram identificadas inicialmente como sendo aramitas/araméias e datadas do século VIII AEC, ficando conhecidas como o "livro de Balaam" e como as "inscrições de gesso Deir 'Alla"; recentemente foram reavaliadas como sendo do final do século IX AEC e com afinidades linguísticas de grupos sociais aramitas e canaanitas (CoS II, 2.27 [Levine, 2000, p. 140-45]). Antes, porém, aludia-se a expressões divinatórias de Balaam (*bile'am*), filho de Beor (*bə'ôr*) para associar a fonte epigráfica à época do Israel tribal. Ainda que as inscrições forneçam informações panorâmicas sobre os acontecimentos envolvendo a expansão de Israel no século IX AEC e sua presença na região, concordo com a ênfase de Germany sobre a epigrafia, porque é um testemunho valioso da atividade literária na Transjordânia no final do século IX AEC que se junta cerca de três décadas depois à inscrição monumental do rei Mesha. Sem olvidar que a inscrição traz em seu plano de fundo o funcionamento das forças de defesa daqueles reinos ao indicar que "Israel não controlou o nordeste do vale do Jordão (nem, presumivelmente, a região de Gilead, a nordeste de Wadi az-Zarqa) durante esse período" (Germany, 2024, p. 115).

O sistema político do deserto era abrangente, influenciou o processo de assentamento nos altiplanos do Negev e de Beer-sheba, sob o controle da elite dirigente de Tel Masos⁴⁵. Entre os séculos IX e VIII AEC, teve início a unificação territorial do reino edomita em torno das cidades localizadas na margem oriental do mar Morto, logo se tornando a entidade política com maior potencial tecnológico da região e referência na exploração de cobre. A capacidade profissional dos trabalhadores de zona metalúrgica é tão destacadamente especial comparada com a média regional que, para se medir o histórico das mudanças sociais, "a grande maioria dos sítios no planalto edomita floresceu entre o final do século VIII e o século VI AEC" (Bienkowski, 2014, p. 785). No Ferro II, Edom manteve a sua base etnológica como uma sociedade de linhagem com cultura de mobilidade sazonal. De acordo com a interpretação da cultura material realizada pelo arqueólogo Bienkowski (2014, p. 786), nesse período Edom ainda se encontrava "parcialmente vinculado a áreas de ocupação e nomádica, e parcialmente vinculado à terra e assentamento com uma economia mista de pastoreio, agricultura, comércio, proteção e mineração de cobre, com o equilíbrio mudando de acordo com as circunstâncias".

Os modelos de estrutura das entidades políticas da Transjordânia continuam sendo debatidos, chega-se a comparar Moab com Edom considerando em ambos a construção do reino através do sistema segmentário e centralizado promovido pela aliança entre as elites que se tornaram dirigentes⁴⁶. É difícil associar Edom a essa realidade social, e até mesmo em Moab a liderança de Mesha não inibiu a autonomia administrativa das cidades dentro da unificação estatal, como se pode constatar na diversidade religiosa e na execução de edificações, destacada por Mesha em seu monumento. Faço alusão a duas questões de fundo: a primeira diz respeito ao motivo pelo qual Edom, com instrumentos tecnológicos mais avançados para uma economia baseada no comércio de matérias-primas, ter permanecido em grande medida como uma sociedade tribal. Ora, parece ter sido resultado da ausência de uma afiliação unificadora das cidades o fato de

⁴⁴ Veja um mapa da divisão em: <<https://biblemapper.com/blog/index.php/2021/07/05/the-nation-of-moab-and-the-tribe-of-reuben>>. Acesso em: 15 maio 2024.

⁴⁵ A minha análise considera várias pesquisas, algumas com conclusões divergentes como as de Ben-Yosef (2019) e Na'aman (2021), mas sobretudo as pesquisas sobre o processo de desenvolvimento estatal realizadas por Routledge (2017), Amzallag (2019), Bienkowski (2023) e Bienkowski e Tebes (2024).

⁴⁶ Veja o estabelecimento do debate em Bienkowski (2023, p. 786-87).

Edom ter se tornado um reino tardiamente em relação a seus vizinhos, mesmo com características políticas parecidas com as de Judah e Moab, mas com a vantagem de possuir um polo tecnológico⁴⁷. A segunda questão trata-se da presença de Judah como reino colonial na Transjordânia; minha motivação é uma recente pesquisa na qual o seu autor, Stephen Germany, lança luz sobre a fragilidade da tese do poderio judaíta no século VII. Em sua interpretação de inscrição monumental da campanha do rei Assurbanibal (668–630/627 AEC) no Egito em 667 AEC, Germany (2024, p. 116-17) destaca que os reinos transjordanianos foram submetidos antes que Judah, no entanto “baseado nesse texto [inscrição], é possível concluir que Judah foi subjugado à Assíria na mesma extensão que seus vizinhos da Transjordânia e, portanto, é improvável que tenha exercido hegemonia política sobre a Transjordânia durante o início do século VII AEC”.

Afiliação de divindades como parte das políticas de unificação estatal

A lista de reis de Sumer informa que não foram os viventes humanos que inventaram as divindades, pelo contrário, os reis teriam descido dos céus; portanto, foram as divindades que inventaram a realeza (van der Toorn, 2025, p. 78). Essas raízes do controle palacial das espécies existentes com sua geografia agroecológica propícia à construção do Estado, projetou a religião como chave cultural para impedir as liberdades físicas e imateriais das grandezas monádicas e pastoris porque anexou as representações religiosas a esferas de poder político. Com base em textos bíblicos e extra-bíblicos, van der Toorn (2025) entende que nos inícios da monarquia israelita estão presentes as manifestações conflituosas entre israelitas e ammonitas. É sabido que as narrativas hebraicas sobre os acontecimentos são retroprojeções de historiógrafos ou escribas – interessados no tema das guerras que ocorreram nos séculos X e IX AEC no leste do Jordão, cuja memória mais importante é o monumento comemorativo do rei moabita Mesha –, buscam assim justificar a presença israelita na Transjordânia. As imagens são ambientadas em Gilead, capital administrativa fortificada do território que passa a separar Ammon de Moab e a religião sacrificial, essa se torna o marcador que associa a monarquia ao caráter do deus dos invasores.

Assim, temos acessos a sistemas de relações religiosas na região que extrapolam qualquer processo de abstração; em outros termos, a afixação de um panteão⁴⁸ cujo patrono transmita sua bênção legitimadora para o reino e o elemento teóforo reiterado para a autoidentificação pessoal são os emblemas políticos da construção de um reino. A industrialização como fenômeno irreduzível separado por zonas impulsionou a religiosidade, um fenômeno coletivo de linhagem. O processo de extração e comércio de metais teve início no antigo Oriente-Próximo no final do quinto milênio AEC, enquanto no sul do Levante a produção foi iniciada no Bronze Tardio, com exportação de produtos para o vale do Nilo (Amzallag, 2019, p. 1-2). “Documentos egípcios do século XIII se referem à população nômada que vivia na área metalúrgica da Arabah designadas como *Shosu-YHW*, ou *Shosu-Penan*” (Amzallag, 2019, p. 6). Mais tarde, no Ferro II, o faraó Shoshenq III (*ššnq*, c. 837–796 AEC) se envolveu pessoalmente com a exportação de cobre dos centros de mineração da Arabah para o Egito, e talvez o seu interesse pelo minério tenha sido o motivo de pelo menos uma de suas campanhas na terra de Canaan (Na’aman, 2021). Portanto, desde o Bronze Tardio a metalurgia

⁴⁷ Primeiramente, sobre Moab, ver Bienkowski (2023) e Santos (2025); sobre Edom, ver Tebes (2021) e Workman *et al.* (2023). Secundariamente: Finkelstein se debruça sobre um conjunto de fontes iconográficas na tentativa de demonstrar a emergência do reino de Israel no século X (2015; sobre a datação, ver p. 85-87).

⁴⁸ Assim como as cidades levantinas de Ugarit, Tiro, Amman e outras, Jerusalém também preservou vários cânticos que lançam luz sobre panteões; por exemplo, a exaltação de El – que parece ser de origem não palaciana – como patrono local na qual se nota a ausência do deus Yhwh: *‘lōhīm niššāb ba’ādat-‘el beqereb ‘lōhīm yišpōf* – “Deus [deuses] se posicionou na assembleia de El; entre [em interior de] deuses julga” (*Salmo 82*).

passou a ser fundamental para o desenvolvimento econômico das zonas desérticas do Negev, Sinai e Arabah, abrindo novas alternativas para o exercício do poder em relação às metrópoles aramitas/ arameias com as elites do patriarcado estabelecidas no Ferro I. Deu-se início a urbanização de tribos e a criação de cidades em áreas pouco habitadas na Transjordânia.

Divisões binárias ou tipológicas das práticas religiosas entre templos e santuários de ambiente doméstico – ou templos monumentais e santuários ao ar livre –, bem como entre religião estatal e religião popular – ou individual, familiar e nacional! –, se revelam ambíguas⁴⁹, mesmo que estejam numa perspectiva comparativa. A emergência de uma divindade à cabeça de um panteão na Transjordânia está ligada ao que Lewis (2020, p. 284-85) identificou na origem de Yahweh, faz “parte de um processo multifacetado de autoidentificação étnica e marcação de fronteira”, independente de qual seja a ambientação do espaço religioso. A consciência de si diferenciada e os limites da terra apropriada por um grupo social, diante de outros grupos, ficam, portanto, legitimados pela divindade nas relações de conflitos. Os escribas judaítas têm um engenho literário peculiar quando transformam o patriarcado clânico de Israel em patriarcado geracional da Jordânia; o Israel que gerou os impérios⁵⁰, também gerou os reinos da Jordânia; como é impossível ignorar os conflitos político-militares entre os povos vizinhos, eles intentam a integração no campo da religião. Apesar do forte interesse sobre as elaborações da Bíblia Hebraica, pode ser interessante situar o exame pertinente da pesquisa de Lewis (2020, p. 285, tradução própria)⁵¹ sobre a interpretação literária:

Embora certos grupos possam ter tido uma compreensão subjacente de parentesco (...), eles, no entanto, se definiram contra até mesmo seu parentesco mais próximo (real ou fictício). Assim, embora fábulas etiológicas tenham sido contadas de Moab sendo filho do sobrinho de Abraão, Lot (Gn 19.30-38), os moabitas passaram a ser identificados como aqueles que adoravam o deus Kamosh. Os ammonitas, descendentes do outro filho de Lot, adoravam a divindade Milkom. O irmão de Jacob, Eshau, “vermelho/avermelhado e peludo” (*’admônî, šē’âr/šā’ir*; Gn 25.25; 27.11), muda-se (tão apropriadamente) “para a terra de Seir, o país de Edom” (*’aršâ šē’ir šēdēh ’ēdôm*; Gn 32.3; 36.8-9), de onde marchou Yahweh. No entanto, os herdeiros de Eshau, os edomitas, eram conhecidos como aqueles que adoravam o deus Quas/Qos.

Os escribas e historiógrafos da Bíblia Hebraica registram fatos relacionados com Moab sempre de forma difamatória seja como lugar territorial, seja como população, e o seu deus Kamosh – assim como as outras divindades dos povos transjordanianos – como uma “abominação”⁵². Em coletânea de enunciados sobre Edom, a nota conclusiva é de condenação das mulheres de Moab, cujas capitais, Heshbon e Madaba’ entre elas, são atribuídas na Torah aos territórios israelitas de Gad e Ruben⁵³, talvez refletindo a época da dinastia omrida, à luz da inscrição de Meshá. A identificação do deus Yahweh com a região edomita produtora de cobre, a quem os escribas judaítas designarão de *Qenita* (*qny*) e que mais tarde será conhecida como Arabah, está na origem do motivo estatal em desassociar de Edom os inimigos moabitas. Nas referências da Bíblia hebraica, Yahweh está associado a zonas de produção e exportação de metais: Seir⁵⁴ (Faynan), Paran⁵⁵

⁴⁹ Sobre isso, ver Lewis (2020), Halbertsma e Routledge (2021) e van der Toorn (2025).

⁵⁰ Ver *Gênesis* 10.

⁵¹ No original: “Though certain groups may have had an underlying understanding of kinship (...), they nonetheless defined themselves against even their closest of kin (real or fictive). Thus even though etiological tales were told of Moab being the son of Abraham’s nephew Lot (Gen 19:30-38), Moabites came to be identified as those who worshipped the deity Milkom. Jacob’s brother Esau, ‘red/ruddy and hairy’ (*’admônî, šē’âr/šā’ir*; Gen 25:25; 27:11), moves (appropriately so) ‘to the land of Seir, the country of Edom’ (*’aršâ šē’ir šēdēh ’ēdôm*; Gen 32:3; 36:8-9), whence marched Yahweh. Nonetheless, Esau’s heirs, the Edomites, were known as those who worshipped the god Quas/Qos.”

⁵² Ver Tyson (2019, p. 22).

⁵³ O livro do profeta Jeremias menciona a cidade Heshbon como pertencente a Ammon (*Jeremias* 48.2, 34, 45; 49.3), mas um enunciado que talvez seja do período persa, em *Números* 25.1-3, a atribui aos israelitas.

⁵⁴ *Juízes* 5.4; *Deuteronômio* 2.1; 33.2.

⁵⁵ *Deuteronômio* 33.2; *Habacuque* 3.3.

(Wadi Abu Kusheiba), Sinai⁵⁶ (Serabit el-Khadim); a referência ao sul⁵⁷ (Teman), como enunciado em vaso de cerâmica encontrado no entreposto de Kuntillet 'Ajrud, diz respeito às montanhas e ao vale de Timna⁵⁸. Amzallag (2019, p. 8) lembra que *qn'* – comumente traduzido como verbo no *piel* “enciumar” ou “enciumar-se”⁵⁹ –, o atributo essencial de Yahweh, “se refere à dimensão regeneradora/rejuvenescedora de um modo destrutivo e ardente de ação divina”, comparada à sua santidade⁶⁰. Portanto, o deus patrono da religião estatal israelita tem designada a sua origem das cidades metalúrgicas de Edom. Além disso, foi descoberto em Edom o que pode ter sido um templo com dois pátios, com bases construídas separadas, em Busayra, próximo a Khirbat an-Nahas, numa zona metalúrgica, mas sem identificação da divindade cultuada no local⁶¹. O culto ao deus Qos continua sendo apenas especulação por ser um local repleto de divindades – Haddu/Adad, El, Ba'al, Ashtart, Sin –, assim como o que se presume acerca do santuário encontrado no Negev, em Horvat Qitmit. Tudo isso indica que a religião teve uma contribuição discreta no início do sistema monárquico edomita.

Por outro lado, a política religiosa de Ammon apresenta maiores dificuldades para caracterizar a cultura material pelo fato de não assumir, ou forçar, uma forma de unificação religiosa em torno de uma divindade, mas expor a sua multiplicidade. A Bíblia Hebraica⁶² expressa a capital ammonita como *rabbat bənē 'ammôn*, “a cidade dos filhos de Ammon”, e menciona a singularidade do deus Milkom (*mlkm*), mas fontes epigráficas ammonitas compiladas no CAI listam vários panteões: 'Adon ('*dnnr*; '*dnpl*!'; '*dnš*'), 'Addin ('*b'dn*), 'Ali (*mr'ly*), 'Anat ('*nt*), 'Ashima (*bt'šm*), 'Ashtart ('*št*; '*štrt*), Ba'al ('*byb'l*; '*b'l*; '*b'lyš*'; '*b'lntn*; '*yḥzb'l*), Bes (*dblbs*), Dagon ('*ldg*), Gad (*gdmlk*; '*gd'zr*; '*mlkmgd*), Haddu/Adad ('*dd'l*), Ḥorus (*šwḥr*), Inurta/Ninurta ('*nrt*), Milkom (*bdmlkm*; '*mlkm*; '*mlkm'wr*; '*mlkmgd*; '*mlkmyt*; '*mlkm'z*), Mot ('*nmwt*), Nanaya (*nn*; '*bnn*), Ner ('*dnnr*; '*dnr*; '*lnr*; '*mnr*; '*nwr'l*; '*nwryh*; '*nry*), 'Amm/'*Amma* ('*mndb*), 'An ('*nmwt*), Qos (*qš*; '*qsmk*), Ra' (*pr*'), Rimmon (*šdrmn*), Shamash (*šmš'l*), Zid (*šdyrk*), Shin (*šm'b*), Yahweh (*ḥnnyh*; '*yhwyd*'; '*mkyhw*; '*nḥmyhw*; '*nwryh*), Yam ('*bd'ym*) e Yerah (*yrḥ*; '*yrḥ'zr*; '*bdyrḥ*)⁶³.

Mesmo com a plausibilidade de ter havido uma onomástica gráfica com a raiz semita 'l, “deus”, e listados vários elementos teóforos de forma conjectural destinados a diversos usos⁶⁴, Milkom atuou como o líder do panteão, o “deus dos ammonitas”. Sem dúvida, na Transjordânia a religião auxiliou as políticas de unificação pré-monárquica, com menor importância como esfera monárquica, e isso parece mostrar que em Ammon o grande número de divindades não dificultou a construção das identidades social e étnica. Escribas da Bíblia Hebraica conhecem a construção de linhagem local inclusive na política ao informar que o rei faz parte de um grupo étnico (*Jeremias* 27.3: *wə'el-melek bənē 'ammôn*, “e para o rei dos filhos de Ammon”), além das relações conjugais com judaítas⁶⁵.

Em relação a Moab, os complexos cúlticos estavam associados a atividades industriais, onde o deus Kamosh (*kmš*) reina incontestemente como deus da Tempestade, identificado como elemento teóforo em nomes pessoais, símbolos astrais e selos⁶⁶, apesar do culto em algumas cidades a

⁵⁶ *Deuteronômio* 33.3; *Juizes* 5.5.

⁵⁷ *Habacuque* 3.3.

⁵⁸ Veja a abordagem do arqueólogo Nissim Amzallag (2019).

⁵⁹ *Êxodo* 34.14; *2 Samuel* 21.2; *1 Reis* 14.22; sobre questões lexicais, ver Francisco (2024, p. 561).

⁶⁰ *Josué* 24.19.

⁶¹ Sobre a descoberta arqueológica, ver Bienkowski (2023, p. 791).

⁶² Ver *Deuteronômio* 3.11.

⁶³ Ver Tyson (2019) e as notas de Aufrecht (2010, p. 246-47).

⁶⁴ Vale a pena tomar conhecimento das observações apresentadas por Aufrecht (2010, p. 247).

⁶⁵ Assim, a menção a Na'amah, como mãe ammonita do rei Rehoboam (c. 931-913), em *1 Reis* 14.21.

⁶⁶ Ver Tyson (2019, p. 27-28).

outras divindades – Shamah (*šamaš*) e Yahweh (*yhwh*). A arqueóloga Margreet L. Steiner (2014) registra dados de escavação de quatro espaços sagrados que mantinham múltiplas atividades em Moab. Um complexo religioso em Khirbat Atarus, que parece ter funcionado entre o final do Ferro I e o início do Ferro II, contava “com múltiplas câmaras e pelo menos três salas paralelas”, onde “jarras decoradas com cabeças de touro e um modelo arquitetônico fenestrado com duas figuras masculinas” fazem parte da parafernália cültica encontrada no local (2014, p. 775). Além desse complexo, Steiner (2014) informa que em Khirbat al-Mudayna ath-Thamad, no centro-leste de Moab, havia um pequeno templo medindo 5x5m e, nas proximidades, foi encontrada uma espécie de fogareiro que deve ter feito parte de culto sacrificial dedicado a alguma divindade; perto do portão da cidade foi encontrado um espaço para culto, considerando que as pedras de pé do local teriam sido um altar. O quarto espaço sagrado, também em sítio de Khirbat al-Mudayna, era um santuário do tipo *bamāh*, ao ar livre, e funcionou num lugar marcado por uma estela, ou pedra sagrada, que provavelmente alternou como ambiente doméstico com instalação de cozinha e ambiente para atividades cülticas⁶⁷.

Um complexo religioso com três altares para atividades ritualizadas, sendo um decorado por inscrição, e vários cômodos foi localizado em Khirbat al-Mudayna ath-Thamad. Denominado no sítio de “Templo 149” e em atividade no século IX, esse edifício com bases econômicas próprias era típico da Idade do Ferro no Levante, mantinha em funcionamento várias instalações de cozinha e uma tecelagem comunitária, que produzia artefatos têxteis de linho e lã⁶⁸. Outro exemplo de desenvolvimento industrial moabita em estrutura religiosa é um templo de Khirbat Atarus (Atarot), localizado numa montanha a leste do mar Morto, que foi destruído no final do Ferro IIA (900/880–830/800 AEC). De acordo com Ido Koch (2020), o templo contava com um altar e uma plataforma em sua primeira fase de construção, sendo acrescentados na segunda fase novos altares e plataformas. O fato de ter sido um espaço sagrado duradouro, segundo Koch (2020), pode ter funcionado como um lugar comunitário de memória para a “formação da sua identidade de grupal”.

Em Edom, na capital Busayra, foram encontrados restos de alicerce arquitetônico de um templo construído numa acrópole, as amplas dimensões das salas e os vários artefatos que serviam de suporte para atividades cülticas indicam tratar-se de um complexo religioso (Danielson, 2020). Entre os séculos IX e VIII AEC, ainda sob o domínio dos edomitas no Negev, Ḥorvat Qitmit manteve em sua montanha um pequeno complexo religioso, talvez frequentado por mulheres e homens que trabalhavam na tecelagem da fortificada Tel Malḥata, no vale de Arad-Beer-sheba (Koch, 2020). Apesar de manter conexões comerciais de longo curso e do simbolismo do fogo nas representações divinas, as conexões entre divindades em Edom são raras⁶⁹. Aliás, a presença de deusas na Transjordânia parece ser ainda mais escassa. Há um selo com estampa escaraboide do século VII, encontrado em Ammon, cuja imagem de uma estrela sugere uma conexão entre a mesopotâmica Ishtar (*ištar*) e a levantina Ashtart (*aštart*), mas ainda não é possível afirmar a veneração de Ishtar a leste do rio Jordão além do que sugerem as imagens astrais de selos e um indício na inscrição de Mesha em que menciona *štr kmš*, Ashtar-Kamosh (Santos, 2019a, p. 14; ver também Tyson, 2019, p. 15-16). Por tudo isso, chama a atenção a decoração do santuário reconstruído entre o final do século VII e o início do VI AEC, encontrado em Ḥorvat Qitmit; na parte frontal, como uma espécie de colunata para a grande abertura da entrada ou talvez como as servidoras do santuário que flanqueiam a entrada, estão duas jovens mulheres nuas aparentemente grávidas e que apertam ou

⁶⁷ Ver Steiner (2014, p. 775-76).

⁶⁸ Ver Koch (2020, p. 334); para análise arqueológica detalhada, ver Halbertsma e Routledge (2021, p. 5, 13-14).

⁶⁹ É notável como no norte do Levante, desde pelo menos o período protobabilônico, a difusão de representações visuais foi fortemente impulsionada pelas cidades-estados; para além dos templos, santuários e festivais oficiais, as estátuas de divindades eram usadas como presentes oficiais e a religião pode ter sido realmente uma esfera de poder estatal (ver historiografia e imagens em Santos, 2024).

protegem os peitos⁷⁰. Apesar da imagem, os relevos em nada sugerem que esse santuário edomita tenha servido a rituais de fertilidade e labuta com lactação, bem como os vários modelos similares encontrados em Israel e Judah, inclusive em Tel Rehov; ao contrário, testemunham a potência social feminina na Transjordânia.

Em interpretação de documentos, Dolan e Edwards (2024, p. 57-58) afirmam que as rotas em torno do Negev e sobretudo no vale de Beer-sheba, como zona de fronteira onde o multiculturalismo estava presente, no século VIII AEC, foram marcadas “pela disposição de adotar e imitar estilos e inovações estrangeiras”, trazidas por comerciantes; essas zonas eram povoadas por grupos sociais nômades, judaítas, “edomitas, árabes do sul e talvez até por egípcios e gregos”, por isso “exibiam influências diversas”. A diversidade populacional se refletia na produção de objetos religiosos. Em sítios dessa rota foi encontrada parafernália religiosa em Horvat Qitmit e em ‘En Haseva, sendo que em “‘En Haseva tinha uma favissa contendo 75 artefatos de natureza religiosa” e em Horvat Qitmit foi escavado um santuário do final da Idade do Ferro, além de estátuas antropomórficas, suportes cilíndricos, escavados estatuetas, estátuas antropomórficas e santuários. A internacionalização cultural se demonstra pelas conchas *Cypraea annulii* encontradas ao longo das costas leste e sul da Arabah.

Com as escavações de sítios em rotas secundárias à rodovia do Rei, foram descobertos amuletos, estatuetas antropomórficas em estilo assírio, egípcio e cipro-fenício, escaravelhos e outros artefatos, com destaque para o complexo religioso moabita do Wadi ath-Thamad, já mencionado acima, composto por santuário, templo, complexo industrial para a produção têxtil e ambiente doméstico. Em Khirbat al-Mudayna, os artefatos escavados atestam a presença de uma elite que consumia produtos importados e de fabricação local com estética figurativa egípcia, fenícia e assíria (Dolan; Edwards, 2024; Halbertsma; Routledge, 2021; Koch, 2020). Contudo, a complexidade religiosa gerada pela mobilidade de divindades e de grupos socioétnicos, mas sobretudo gerada pelos encontros inter-religiosos que transformaram as religiões tradicionais locais, preservou registros indiciários de patronato divino. É exemplo disso o registro do resgate de objetos cúlticos de Kamosh que se encontravam no santuário de Yahweh em Nebô; em termos de história da religião, o resgate dos objetos pelo rei Meshah e sua localização no templo de Madaba recém-construído podem ser vistos como eventos marcadores da ideologia de guerra.

As fontes epigráficas: inscrições monumentais⁷¹

As fontes com historicidade produzidas no Levante colocam o rei no centro de cada acontecimento como motivo de eventos articulados por construções de artefatos, conquistas militares e de aquisição de conhecimento. Diretamente envolvidos como agentes do passado, esses existentes humanos e não humanos têm potências independentes pelo fato de a realeza ser uma categoria meta-histórica e cíclica, representação humana e instituição de entidade política temporárias pelo efeito da sucessão real⁷². A divindade recebe a atribuição do fato que tem o tempo histórico configurado em torno do reinado do rei, podendo ser pós-datado segundo o calendário do escriba. Se por um lado a fonte textual pode ser vista “como elemento que inventa a realidade do rei” (Suriano, 2014, p. 21), por outro a centralidade do rei acaba por mostrar o enraizamento do evento na experiência humana e em seu próprio tempo social⁷³.

⁷⁰ Para contextos e imagens do que me refiro, ver Lewis (2019), Ackerman (2022) e van der Toorn (2025).

⁷¹ A transliteração e a tradução das fontes epigráficas são do autor a partir das fontes pesquisadas.

⁷² Sobre isso, ver Suriano (2014, p. 3).

⁷³ Ver a historicidade de inscrições monumentais de reis de Moab (Santos, 2019a), Damasco (Santos, 2019b) e Assíria (Santos, 2021).

Fragmentos da inscrição monolítica de Tuṣḥan (Kurḥ), cerca de 852, do rei Shalmanasar III (858–824) acerca da guerra na cidade síria de Qarqar (RIMA 3, n. 102.2):

(Linhas 89b-90a) É.GAL.MEŠ-šú IZI.MEŠ ŠUB-di TA URU ar-ga-na-a at-tu-muš a-na URU qar-qa-ra aq-ḫi-rib URU qar-qa-ra URU MAN-ti-šú

partindo da cidade Arganâ, eu [Šulmānu-ašaridu] me aproximei da cidade de Qarqar; arrasei, destruí e queimei a cidade Qarqar, a sua cidade real.

(Linha 94) 1 LIM ANŠE gam-ma-lu šá mgi-in-di-bu-’u KUR ar-ba-a-a [x] ME ÉRIN.MEŠ (Linha 95a) šá ᵐba-’a-sa DUMU ru-ḫu-bi KUR a-ma-na-a-a

[tropas enviadas para a guerra] 1.000 camelos de Gīndibu da terra dos árabes [Edom]; [x] cem tropas (linha 95a) de Ba’āša’, o homem de Bīt-Ruḫubi, terra ammonita.

Fragmento de anais do rei Adad-narari III (810–783) de taxaço de reinos levantinos sob vassalagem, século VIII (RIMA 3, n. 104.8):

(Linha 12) KUR(*) ṣur-ru KUR ṣi-du-nu KUR ḫu-um-ri-i KUR ú-du-um KUR pa-la-as-tú

terra Tiro, terra Sidon, terra Ḥumrī [Israel], terra Edom [e] terra Palisitim [Canaan] (...eu taxei, tributei...).

Fragmentos de anais do rei Sargon II (721–705) de reinos do sul do Levante submetidos, século VIII (SAA 1):

(Excerto das linhas 4-13) eu recebi 45 cavalos para o país⁷⁴; os emissários da terra Egito (KUR.m[u-ṣ] ur-a-a), da terra Gaza, da terra Judah, da terra Moab (KUR.ma-’a-ba-a-a) [e] da terra dos filhos de Ammon (KUR.ba-an-am-ma-na-a-a) entraram Kalhu (URU.kal-hi) no dia 12, com os seus tributos na mão; mais 24 cavalos do rei da terra Gaza estão com ele [disponíveis]; a terra Edom (KUR.[ú]-du-m[u]-a-a)⁷⁵ [...].

Fragmentos de anais do rei Sennaquerib (704–681) em campanhas no sul do Levante, século VII (RINAP 3/2, n. 140, rev. 1-2):⁷⁶

[ᵐmi-ti-in-ti URU.as-du-da-a-a ᵐbu-du-DINGIR KUR.É-am-ma-na-a-a ᵐkam-um]-su-na-ad-bi [KUR].ma-’a-ba-a-a ᵐda-a-ram-mu KUR.ú-du-um-ma-a-[a]

Mitinti da cidade Ashdod, Būdi-il da cidade Bīt-Ammon, Kammū[sunadbi d[a terra] Moab, Aya-rāmu da terra Edom,

[LUGAL.MEŠ-ni KUR MAR.TU.KI ka-li-šú-nu IGI.SÁ-e šad-lu-ti ta-mar]-ta-šú-nu ka-bit-tu a-di 4-šú a-na maḫ-ri-ia iš-šu-nim-ma iš-ši-qu GÌ.II-[ia]

[todos os reis da terra Amurrû], eles trouxeram [extensivos presentes] quatro vezes mais, [como] seu [publico e pres]ente substancial diante de mim e beijaram [meus] pés.

Fragmentos de anais do rei Assarhaddon (680–669) de províncias reais da Transjordânia, século VII (RINAP 4, n. 1 ≡ n. 5):

(v 56) ᵐqa-uš-gab-ri LUGAL URU.ú-du-me ᵐmu-ṣur-i LUGAL URU.ma-’a-ab

[eu submeti] Qaush-gabri, rei de Edom, Muṣurī, rei de Moab [...].

⁷⁴ Ou “para o palácio”, destinação particular para o rei.

⁷⁵ Ou “o edomita”, mas sem nenhuma outra informação.

⁷⁶ Os registros em cuneiforme e as lacunas foram reconstituídos por Grayson e Novotny (2012, p. 180, 185).

(v 62a) ^mbu-du-DINGIR LUGAL URU.É-am-ma-na [...]

Būdi-il, rei de Ammon [...].

Cruzando os reinos de Ammon, Moab e Edom: a sombra do império neoassírio, etnomonarquias e industrialização

A estabilidade na topografia contrastava com as flutuações dos grupos sociais na região e suas políticas, cujas práticas assimilavam modos de vida citadinos que extrapolavam o sistema político tribal. Isso pode ter sido um reflexo das transformações econômicas em curso nas cidades-estados sírias, os contatos de diferentes culturas nas bordas e as pressões militares que eram cada vez maiores nas áreas de planície. Não obstante o fato de que todo o antigo sistema tribal “estava enraizada no parentesco”, como afirma Tyson (2015, p. 206), é importante destacar que o tipo de organização que caracteriza o tribalismo e as tradições patriarcais, na verdade, antecede a Idade do Ferro, como foi historicizado acima.

Outra evidência importante ausente em pesquisas inclusive recentes realizadas seja através de interpretação de artefatos, seja através de mapeamento político⁷⁷, diz respeito à agência não masculina e antipatriarcal na economia resultante da produção de bens que, de forma seccionada, passou a transformar a paisagem de comunidades e até práticas políticas estruturais não apenas locais. Refiro-me a mudanças ocorridas, de acordo com dezenas de conjuntos de artefatos, para além dos ambientes domésticos e espaços sagrados lideradas por pessoas de gênero feminino e intersexo: as construtoras de fornos cilíndricos, casas e tecnologias de conservação de alimento em Moab e em Israel (Daviau, 2022; Ebeling, 2022); redes de conhecimento interlocais nos entornos do Jordão (Meyers, 2021); as tecelãs do deserto e das zonas metalúrgicas entre o Negev e Edom (Workman *et al.*, 2023). Nesse Levante multicultural, tudo acontecia à sombra da violenta trajetória entre o Estado territorial assírio e o império neoassírio.

O rei Shalmanasar III ultrapassou os limites da Síria – o noroeste levantino e as zonas costeiras sírias entendidos como confins –, estabelecendo o clientelismo nos patriarcados e reinos, referidos como “casa” (*bētu/bīt, bītātum*), após serem anexadas suas fronteiras. Nos anais, o império neoassírio sempre vence as batalhas e seu projeto ideológico é a “guerra santa” contra “os inimigos”, os poucos de ^daššur (“tomei uns poucos”, as “tropas de Ashur”) contra os *muitos* “como as estrelas do céu”⁷⁸. Os grandes reis da Assíria do século IX – Assurnasirpal II, Shalmanasar III e Adad-narari III – ao terceiro quarto do século VIII AEC – Tiglat-pileser III (744–727) – ordenaram uma política de conquista e provincialização, portanto a deportação visando os repovoamentos e as edificações se tornou um projeto político-econômico com Sargon II (721–705)⁷⁹. É o contexto do século IX do sul do Levante, mesmo tendo às portas guarnições neoassírias, que torna possível a lideranças político-militares na Transjordânia desapropriarem invasores de suas cidades e unificar seus territórios através de etnomonarquias, mantendo em cada organização interna as linhagens locais.

Em relação a Ammon, Tyson (2015) estabelece um importante debate diante da possível duplicidade de lugar e agência. A questão é que a identificação que se lê na Linha 95 do monólito, ^mba-’a-sa DUMU ru-ḥu-bi KUR a-ma-na-a-a, suscita várias interpretações. De origem semítico

⁷⁷ Conforme contextos sociais, veja documentação em: Rosen (2008); Porter (2016); Younger (2016); Tyson (2015; 2019); Burnett (2018); Danielson (2020); Tebes (2021); Sapir-Hen; Ben-Yosef (2022); Germany (2024); Hensel (2024).

⁷⁸ Sobre isso, ver Liverani (2022, p. 44-48, 128-32) e Santos (2021).

⁷⁹ Sobre isso, ver Liverani (2022, p. 215-16).

oriental, o nome que seria do rei ammonita é semelhante ao de um rei israelita⁸⁰ e persiste a divergência quanto à geografia, se Ba'aša' é rei de uma entidade política localizada nas montanhas do Antilíbano, no Mediterrâneo oriental, ou se é a pessoa que liderou a guarnição de Ammon que integrou a coalizão levantina contra a Assíria em Qarqar. Além disso, a construção gráfica levanta diferentes interpretações porque o sinal KUR ("terra; país; montanha") indicaria um lugar geográfico na cordilheira do Líbano; por outro lado, a construção frasal com o triplo "a" em KUR *a-ma-na-a-a* não é antecedido por *bīt* e, por fim, a identificação contrastante de lugar geográfico entre o cuneiforme a forma gráfica da Assíria "KUR *a-ma-na-a-a*" e a forma gráfica do Antilíbano "KUR *am-ma-na-na*".

É razoável entender que a inscrição monumental indica duas forças de guerra corroborando a quantidade de reinos enumerada: uma guarnição do Antilíbano, a saber, a menção a Amanah (*'āmānāh*), ou monte Amanus, e a Bet Rehob (DUMU *ru-ḥu-bi; bêt rēhōb*), este último associado aos aramitas de Zobah (*šōbā'*) e seu rei *Ba'aša'*, e outra da Transjordânia, a saber, de Ammon com um rei não nomeado (Tyson, 2015). Mesmo diante do registro sumarizado, o Monólito de Kurkh é a fonte epigráfica antiga mais confiável; Ammon voltará a aparecer na epigrafia do império neoassírio mais de um século depois; essa lacuna nos registros imperiais situa-se na ausência de atividade assíria na região. Em sínteses historiográficas realizadas por Liverani (2022) e por van de Mieroop (2020) se evidenciam os problemas internos da Assíria entre o final do reinado de Shalmanasar III e a subida ao trono de Tiglat-pileser III, visando fundamentar tanto a ausência de guerras campais quanto a escassez de assédios com o intuito de controlar cidades no sul do Levante.

Bruce Routledge (2016, p. 77; 2017, p. 63-65) afirma que Moab está "situado próximo dos limites físicos de um grande Estado expansionista", referindo-se ao império neoassírio, considerando problemática qualquer categoria política que se atribua a Moab – seja Estado e reino tribal, seja Estado secundário, Estado segmentário, coalizão tribal e tribo. Surge um líder nacional no final do Ferro IIA, em cerca de 850 AEC, na figura de Mesha e, através do seu monumento, sabe-se da existência de escribas. Parece restar pouca dúvida de que em cerca de 850 AEC Moab apresentava características de reino sem, no entanto, contar ainda com um exército e uma política centralizados. A confederação passa a ser um reino com esfera de poder central que designo como um reino etnomonárquico, porque, a meu ver, em nada se compara a uma coalizão tribal, ou a um fenômeno levantino manifestado materialmente através de uma entidade do tipo "reino tribal" ou "reino étnico" segundo o modelo "patrimonialista"⁸¹.

A designação "a terra de Moab" é atestada em fonte textual egípcia do tempo de reinado de Ramsés II, no século XIII AEC⁸²; como reino, adquire identidade política inicialmente pela prática de regulação e defesa no século IX AEC, organiza posteriormente a tributação e a representação diplomática, com base nos anais neoassírios dos reis Assarhaddon (681-669 AEC) e Assurbanibal⁸³. Nesse tempo, a maior concentração de pessoas está nas cidades de Dibon, a autodeclarada cidade de Mesha, Tall Jalul, Heshbon e a fortemente protegida Madaba⁸⁴. A inscrição de Mesha apresenta indícios da antiga volatilidade dos assentamentos e, portanto, a fluidez da população sedentária dado o seu estilo de vida originário baseado na mobilidade espacial aramita/araméia atestada pela expressão de individuação: terra de Madaba', terra de Atarot (Khirbat Atarus), homens de Maharit,

⁸⁰ Ver em Tyson (2015, p. 72) uma série de referências a especialistas, inscrições ammonitas e perícopes da BHS.

⁸¹ O aspecto comparativo se faz necessário apenas como referência, para que se evite o anacronismo; para o conceito de "patrimonialismo" e suas práticas, veja: Weber, Max. *Economia e sociedade*. Vol. 2. Brasília: Editora da UnB, 2004 (p. 254-55 *et passim*). Em resumo, seria uma dominação/reinado baseado no poder arbitrário e carismático; no caso que nos diz respeito, seria um poder pessoal e centralizado do tipo patriarcal, diferente do tipo estamental.

⁸² Sobre isso, ver Lemaire (2010), Routledge (2016, p. 80) e Burnett (2018).

⁸³ Ver as referências em RIMA 2 (ver Grayson, 2002) e em RINAP 4 (ver Leichty, 2011).

⁸⁴ Note-se a interpretação de Routledge (2016, p. 82-83).

homens de Moab, homens de Dibon, homens de Sharon e homens de Maḥrot, além da presença de grupo social estrangeiro denominado como os “homens de Gad”. No século VIII AEC, Moab é inserido no processo de mundialização da Assíria e passa a ser um lugar territorial subalternizado pela Assíria no século VII AEC – pagando tributo por meio de ouro, cavalos, artesanato, têxteis coloridos, obras de arte e *kaspu*-moeda/prata⁸⁵.

A industrialização das cidades da zona metalúrgica de Edom, no norte do vale da Arabah e suas conexões com o Negev e o Egito, tem motivado a reavaliação da emergência do reino. Como vimos, a industrialização local – mineração e tecelagem – passa a ser realizada com equipamentos sofisticados, cujas exportações requeriam uma forte estrutura estatal na administração das fronteiras e do câmbio inter-regional, gerência de pagamento dos trabalhadores, tributação e monitoramento do sistema de transportes. Em uma reavaliação da datação que indicava a emergência do reino de Edom entre os séculos VIII e VI, Bienkowski analisou novas evidências que sugerem que a construção do reino ocorreu entre os séculos X e VIII:

Seguiu-se uma lacuna no assentamento de cerca de 100 anos, embora seja provável que grupos nômades continuassem a ocupar tanto as terras baixas quanto as terras altas. Em Edom, como em outras partes do império, o interesse assírio levou a uma intensificação do assentamento e da complexidade social nas terras altas no final do século VIII a.C., relacionada à necessidade de aumento da produção agrícola e da produção de bens e matérias-primas, para garantir o pagamento de tributos e a segurança das caravanas comerciais árabes (Bienkowski, 2023, p. 5, tradução própria)⁸⁶.

O aspecto econômico parece suscitar pouca divergência, ao contrário da política de fronteira. Nadav Na’aman (2021) discorda de Erez Ben-Yosef (2019) em sua postulação quanto ao escopo territorial, que Ben-Yosef chama de “viés arquitetônico” por entender que os indícios dos grupos sociais nômades são escassos para fundamentar geograficamente Edom como um reino emergente da zona metalúrgica do vale da Arabah, destacadamente em torno das cidades de Faynan e Timna. Mas a questão diz respeito sobretudo à política do deserto, porque Ben-Yosef coloca o sistema político do vale da Arabah como algo singular, diferente do que se praticava em zonas do Negev e de Beer-sheba. Na’aman (2021) argui, com base na reconstituição de vestígios arquitetônicos daquelas sub-regiões, que a política do deserto abrangia as terras altas do Negev e o vale de Beer-sheba oriental, concordando não apenas com a posição daqueles que Ben-Yosef chama de “arqueólogos bíblicos” mas também, a meu ver, com arqueólogos com outras linhas de pesquisa, como Bienkowski e Tebes.

As relações regionais de política econômica envolvendo as cidades do vale da Arabah, os altiplanos do Negev e o oriente do vale de Beer-sheba têm por motivo a centralidade de Tel Masos, no vale de Beer-sheba, como polo de mineração e produção de cobre. A elite dirigente de Tel Masos era a controladora da zona mineradora e da produção de cobre nos sítios do vale da Arabah. Não havia uma administração dirigida por trabalhadores ou por uma elite estabelecida na Arabah, indicando fortemente que a construção estrutural de um reino edomita foi projetado inicialmente nas cidades do Negev e de Beer-sheba que, apesar de contar com organizações comunitárias tribais, possuíam estruturas urbanas tanto políticas quanto religiosas. Tel Masos, que também possuía

⁸⁵ Ver Routledge (2016, p. 87) e *AEAD* (Parpola, 2007, p. 48 e 259).

⁸⁶ Do original: “There followed a gap in settlement of about 100 years, although it is likely that nomadic groups continued to occupy both the lowlands and highlands. In Edom, as elsewhere in the empire, Assyrian interest led to an intensification of settlement and social complexity in the highlands in the late 8th century BCE, related to the need for increased agricultural output and production of goods and raw materials, to ensure the payment of tribute and the safety of the Arabian trade caravans”.

campo de mineração, funcionou como uma espécie de centro político, responsável pelo escoamento da produção que chegava até a costa levantina e no Delta; mas havia um centro administrativo na Arabah, uma espécie de governo semiautônomo em Khirbat an-Nahas que gerenciava a produção e os trabalhadores em Khirbat an-Nahas, Khirbat al-Jariyeh, Faynan, Timna e outros sítios⁸⁷.

O fato de anais neoassírios se referirem aos reinos como “casa de...” (e.g. Israel como a “terra da casa de Omri”: *mat bêt ħumrî*; Ammon como “casa de Ammon”: *bêt ammāna*) até o século VII AEC indica que um reinado local de linhagem ainda não se tornou provincial em sua política interna, exceto em relação a Aram-Damasco e a Israel. No caso dos reinos de Ammon, Moab e Edom, expressa também as relações de pertença aramita/araméia mantidas na mudança de cultura oral que se tornou canaanita⁸⁸. Um testemunho material da mundialização da Assíria está na vitória do rei Assurbanibal contra o exército núbio do Egito no rio Nilo em 667 AEC; segundo a inscrição assíria, a coalizão em favor da Assíria foi formada por Judah, Moab e Edom, além do apoio marítimo da Fenícia e do Chipre⁸⁹. Como se nota, o bloco estatal transjordânico se manteve estável até nas decisões em estado de subalternidade no Ferro III, assim parece ter sido desde o Bronze Tardio. Desse período, temos exemplo de contato traditivo por meio de enterramentos em cavernas de Amman (Ammon) e Madaba’ (Moab) (Greenberg, 2019), trata-se, a meu ver, de uma prática mortuária analogística na região.

Considerações Finais

A emergência de reinos na Transjordânia ocorreu por escalas econômicas e conflitos políticos fronteiriços, começando no século XIII com a expressiva complexidade social da Arabah, como parte de Edom e suas tribos nomádicas, aumentando significativamente no Ferro II com a sofisticação da diversificada produção têxtil e de cobre em escala industrial. Os indicadores da metalurgia e da fauna apresentados por Sapir-Hen e Ben-Yosef (2022), bem como as evidências da produção e comércio de artefatos têxteis apresentadas por Vanessa Workman *et al.* (2023), nos auxiliam na reavaliação acerca da existência dos assim chamados reinos tribais do sul do Levante nos séculos X e IX. As bases para a postulação seriam as novas perspectivas econômicas diante das altas escalas de atividade profissional e desenvolvimento tecnológico. O nível de organização e desenvolvimento de Faynan e Timna, no século X, e a emergência de novas lideranças políticas locais, como Meshah, influenciaram em mudanças no modo de vida tribal e, portanto, na região entre os séculos X e VIII.

Mesmo com pequenas bases de poder, baixa produção de objetos de luxo e constantemente assediados por vizinhos teoricamente mais potentes (Aram-Damasco, Israel Norte e Judah) e sobretudo por Egito e Assíria, os reinos da Transjordânia souberam integrar-se regionalmente ao mesmo tempo em que institucionalizam suas elites econômicas e escribas, daí a produção de objetos de luxo, inscrições reais, construção de sistemas de água e estruturas de proteção. Por fim, as fontes epigráficas pesquisadas deixam pouca dúvida quanto ao fato de que foi a partir do reinado de Sennaquerib que os reinos transjordânicos foram finalmente unificados ao império neoassírio; nesse tempo, os reinos deixaram de participar de rebeliões ao lado de entidades sírias e fenícias, aparecendo nas inscrições pagando tributos e entregando presentes aos reis assírios por meio de seus emissários (*ṣērāni*).

⁸⁷ Ver Na’aman (2021), Tebes (2021) e Bienkowski e Tebes (2024).

⁸⁸ Sobre isso, ver van de Mieroop (2020, p. 294).

⁸⁹ Sobre isso, ver Tyson (2015, p. 76) e van de Mieroop (2020, p. 333-34); ver também alusões em Germany (2024, p. 116-17).

Referências

- Ackerman, S. *Women and the religion of ancient Israel*. New Haven; London: Yale University Press, 2022.
- Amzallag, N. The religious dimension of copper metallurgy in the southern Levant. In: Goldfus, H. et al. (ed.). *Studies in archaeology and ancient cultures in honor of Isaac Gilead*. Oxford: Archaeopress, 2019. p. 1-13.
- Aruz, J.; Seymour, M. (ed.). *Assyria to Iberia: art and culture in the Iron Age*. New York; New Haven: Metropolitan Museum of Art; Yale University Press, 2016.
- Aufrecht, W. E. Ammonite inscriptions. The Amman citadel inscription. In: Hallo, W. W. (ed.). *Context of Scripture*. Vol. II: Monumental inscriptions from the biblical world. Leiden: Brill, 2000a. p. 139.
- Aufrecht, W. E. Ammonites and the Books of Kings. In: Lemaire, A.; Halpern, B. (ed.). *The Books of Kings: sources, composition, historiography, and reception*. Atlanta: SBL Press, 2010. p. 245-249.
- Ben-Yosef, E. The architectural bias in current biblical archaeology. *Vetus Testamentum*, v. 69, p. 361-387, 2019.
- Bienkowski, P. Edom during the Iron Age II period. In: Steiner, M. L.; Killebrew, A. E. (ed.). *The Oxford handbook of the archaeology of Levant: c. 8000-332 BCE*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 782-794.
- Bienkowski, P. The emergence of Edom: recent debate. *Ancient Near East Today*, v. 11, n. 23, p. 1-5, 2023.
- Bienkowski, P.; Tebes, J. M. Faynan, nomads and the western Negev in the early Iron Age: a critical reappraisal. *Palestine Exploration Quarterly*, v. 156, n. 3, p. 262-289, 2024.
- Buccellati, G. The origin of the tribe and of "industrial" agropastoralism in Syro-Mesopotamia. In: Barnard, H.; Wendrich, W. (ed.). *The archaeology of mobility: old world and new world nomadism*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology at University of California, 2008. p. 141-159.
- Burnett, J. S. Transjordan: the Ammonites, Moabites, and Edomites. In: Arnold, B. T.; Strawn, B. A. (ed.). *The world around the Old Testament: the people and places of the ancient Near East*. Grand Rapids: Baker Academic, 2018. p. 309-352.
- Clermont-Ganneau, M. C. La stèle de Méša: examen critique du texte. *Journal Asiatique, Imprimerie Nationale*, 1887.
- Danielson, A. J. *Edom in Judah: an archaeological investigation of identity, interaction, and social entanglement in the Negev during the Late Iron Age (8th-6th centuries BCE)*. 2020. Tese. (Philosophy in Near Eastern Languages and Cultures) – University of California, Los Angeles, 2020.
- Daviau, P. M. M. Cultural multiplicity in northern Mo'ab: figurines and statues from Khirbat al-Mudaynah on the Wādī ath-Thamad. In: Balaawi, F.; Creasman, P. P. (ed.). *Culture in crisis: flows of peoples, artifacts, and ideas*. Firenze: Università degli Studi di Firenze, CAMNES/LdM, Dipartimento di Studi Antichi, 2022. p. 251-265.
- Dion, P. -E.; Daviau, P. M. M. The Moabites. In: Lemaire, A.; Halpern, B. (ed.). *The Books of Kings: sources, composition, historiography, and reception*. Atlanta: SBL Press, 2010. p. 205-224.
- Dolan, A. E.; Edwards, S. J. Preference for periphery? Cultural interchange and trade routes along the boundaries of late Iron Age Moab. *Palestine Exploration Quarterly*, v. 152, n. 1, p. 53-72, 2020.
- Ebeling, J. Making space: women and ovens in the Iron Age southern Levant. In: Ebeling, J.; Mazow, L. (ed.). *In pursuit of visibility*. Essays in archaeology, ethnography, and text in honor of Beth Alpert Nakhai. Oxford: Archaeopress, 2022. p. 92-102.
- Elliger, K.; Rudolph, W. (ed.). *Biblia Hebraica Stuttgartensia*. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.
- Finkelstein, I. *O reino esquecido: arqueologia e história de Israel Norte*. Tradução de S. K. Cardoso e E. V. S. de Mendonça. São Paulo: Paulus, 2015.
- Finkelstein, I. *Realidades hasmoneias subjacentes aos livros de Esdras, Neemias e Crônicas: perspectivas arqueológicas e históricas*. Tradução de P. F. Valério. São Paulo: Paulinas; Recriar, 2022.
- Germany, S. Israelite and Judahite involvement in Transjordan during the monarchic period: a synthesis of the biblical and extrabiblical sources. In: Hensel, B. (ed.). *Transjordan and the southern Levant: new approaches regarding the Iron Age and the Persian Period from Hebrew Bible studies and archaeology*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2024. p. 99-126.

- Ginsburg, C. D. *The Moabite Stone: a fac-simile of the original inscription*. 2. ed., rev. and enlarged. London: Reeves and Turner, 1871.
- Grayson, A. K. *Assyrian rulers of the early first millennium BC I (1114–859 BC)*. RIMA 2. Toronto: University of Toronto Press, 2002.
- Grayson, A. K. *Assyrian rulers of the early first millennium BC II (858–745 BC)*. RIMA 3. Toronto: University of Toronto Press, 2002.
- Grayson, A. K.; Novotny, J. *The Royal Inscriptions of Sennacherib, king of Assyria (704–681 BC)*, Part 2. RINAP 3/2. Winona Lake: Eisenbrauns, 2014.
- Greenberg, R. *The archaeology of the Bronze Age Levant: from urban origins to the demise of city-states, 3700–1000 BCE*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- Halbertsma, D. J. H.; Routledge, B. Between rocks and “High Places”: on religious architecture in the Iron Age southern Levant. *Religions*, v. 12, n. 9, p. 1-22, 2021.
- Hensel, B. New impulses from archaeology, cultural studies and Hebrew Bible studies on Transjordan in the context of the southern Levant and beyond. In: Hensel, B. (ed.). *Transjordan and the southern Levant: new approaches regarding the Iron Age and the Persian Period from Hebrew Bible studies and archaeology*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2024. p. 1-12.
- Herr, L. G. The southern Levant (Transjordan) during the Iron Age I period. In: Steiner, M. L.; Killebrew, A. E. (ed.). *The Oxford handbook of the archaeology of Levant: c. 8000–332 BCE*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 649-659.
- Kaplan, J. The Mesha inscription and Iron Age II water systems. *Journal of Near Eastern Studies*, v. 69, n. 1, p. 23-29, 2010.
- Killebrew, A. E. *Biblical peoples and ethnicity: an archaeological study of Egyptians, Canaanites, Philistines, and early Israel 1300–1100 B.C.E.* Atlanta: SBL Press, 2005.
- Klassen, S.; Danielson, A. J. Copper trade networks from the Arabah: re-assessing the impact on early Iron Age Moab. In: Ben-Yosef, E.; Jones, I. W. N. (ed.). “*And in length of days understanding*” (Job 12:12). Essays on archaeology in the eastern Mediterranean and beyond in honor of Thomas E. Levy. New York: Springer, 2023. p. 1201-1226.
- Koch, I. Southern Levantine temples during the Iron Age II: towards a multivocal narrative. *Judaïsme Ancien/ Ancient Judaism: Revue Internationale d'histoire et de Philologie*, v. 8, p. 325-344, 2020.
- Leichty, E. *The royal inscriptions of Esarhaddon, king of Assyria (680–669 BC)*. RINAP 4. Winona Lake: Eisenbrauns, 2011.
- Lemaire, A. Edom and the Edomites. In: Lemaire, A.; Halpern, B. (ed.). *The Books of Kings: sources, composition, historiography, and reception*. Atlanta: SBL Press, 2010. p. 225-243.
- Levine, B. A. The Deir ‘Alla plaster inscriptions (2.27): the Book of Balaam, son of Beor. In: Hallo, W. W. (ed.). *Context of Scripture*. Vol. II: Monumental inscriptions from the biblical world. Leiden: Brill, 2000. p. 140-145.
- Lewis, T. J. *The origin and character of God: ancient Israelite religion through the lens of divinity*. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- Liss, B. *et al.* Up the wadi: development of an Iron Age industrial landscape in Faynan, Jordan. *Journal of Field Archaeology*, v. 45, n. 6, p. 413-427, 2020.
- Liverani, M. *Asiria: la Prehistoria del imperialismo*. Trad. José María Ábrego de Lacy. Madrid: Trotta, 2022.
- Mazzoni, S. The Aramean states during the Iron Age II–III periods. In: Steiner, M. L.; Killebrew, A. E. (ed.). *The Oxford handbook of the archaeology of the Levant: c. 8000–332 BCE*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 683-705.
- Mazzoni, S. Identity and multiculturalism in the northern Levant of the 9th–7th century BCE: with a case study on Tell Afis. In: Omer, S.; Oeming, M.; Hulster, I. J. (ed.). *In search for Aram and Israel: politics, culture, and identity*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2016. p. 281-304.
- Meyers, C. Women's daily life (Iron Age Israel). In: Budin, S. L.; Turfa, J. M. (ed.). *Women in antiquity: real women across the ancient world*. Vol. 1. London: Routledge, 2021. p. 488-500.

- Na'aman, N. Two notes on the Monolith Inscription of Shalmaneser III from Kurkh. *Tel Aviv: Journal of the Tel Aviv University Institute of Archaeology*, v. 3, n. 3, p. 89-106, 1976.
- Na'aman, N. Biblical archaeology and the emergence of the kingdom of Edom. *Antiguo Oriente*, v. 19, p. 11-40, 2021.
- Osborne, J. F.; Hall, J. M. Interregional interaction in the eastern Mediterranean during the Iron Age. In: Hall, J. M.; Osborne, J. F. (ed.). *The connected Iron Age: interregional networks in the eastern Mediterranean, 900-600 BCE*. Chicago; London: University of Chicago Press, 2022. p. 1-26.
- Parpola, S. *The correspondence of Sargon II: letters from Assyria and West (State Archives of Assyria, 1)*. Helsinki: Helsinki University Press, 1987.
- Parpola, S. (ed.). *Assyrian-English-Assyrian-Dictionary*. Helsinki: Institute for Asian and African Studies at University of Helsinki, 2007.
- Porter, A. *Mobile pastoralism and the formation of Near Eastern civilizations: weaving together society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Porter, B. W. Assembling the Iron Age Levant: the archaeology of communities, polities, and imperial peripheries. *Journal of Archaeological Research*, v. 24, n. 4, p. 373-420, 2016.
- Porter, B. W. Moving beyond Mesha: the archaeology of social life in Iron Age Jordan. In: Yasur-Landau, A. et al. (ed.). *The social archaeology of the Levant: from Prehistory to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 324-336.
- Rosen, S. A. Desert pastoral nomadism in the longue durée: a case study from the Negev and the southern Levantine deserts. In: Barnard, H.; Wendrich, W. (ed.). *The archaeology of mobility: old world and new world nomadism*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology at University of California, 2008. p. 115-140.
- Routledge, B. On water management in the Mesha inscription and Moab. *Journal of Near Eastern Studies*, v. 72, n. 1, p. 51-64, 2013.
- Routledge, B. Conditions of state formation at the edge of empire: the case of Iron Age Moab. In: Kessler, R. et al. (ed.). *State formation and state decline in the Near and Middle East*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2016, p. 78-97.
- Routledge, B. Is there an Iron Age Levant? *Revista del Instituto de Historia Antigua Oriental*, v. 18, p. 49-76, 2017.
- Santos, J. B. R. O monumento do rei Meša' de Mū'aba: o liame dos fatos envolvendo moabitas e israelitas do norte na Idade do Ferro II. *Phoînix*, v. 25, n. 2, p. 11-25, 2019a.
- Santos, J. B. R. Para além de Têl Dān: os contextos e conexões dos conflitos entre aramitas e israelitas na Idade do Ferro II. *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, v. 32, n. 2, p. 91-114, 2019b.
- Santos, J. B. R. O relevo do fato e da fala: Israel Norte no "Obelisco Negro" de Shalmaneser III e seus contextos na Idade do Ferro II. *História (São Paulo)*, v. 40, p. 1-18, 2021.
- Santos, J. B. R. *A difusão iconográfica da religião: historiografia de políticas de guerra e representações visuais na Antiguidade Oriental*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2024.
- Santos, J. B. R. The transformation of a segmentary tribe into an ethno-monarchical kingdom: the war policy of king Mesha of Moab. *Studia Orientalia Electronica*, v. 13, 2025. [Forthcoming]
- Sapir-Hen, L.; Ben-Yosef, E. The emergence of a nomadic desert polity: an archaeozoological perspective. *Archaeological and Anthropological Sciences*, v. 14, n. 12, p. 1-12, 2022.
- Sherratt, S. A globalizing Bronze and Iron Age Mediterranean. In: Hodos, T. (ed.). *The Routledge handbook of archaeology and globalization*. London: Routledge, 2019, p. 602-617.
- Smelik, K. A. D. Moabite inscriptions. The inscription of king Mesha. In: Hallo, W. W. (ed.). *Context of Scripture*. Vol. II: Monumental inscriptions from the biblical world. Leiden: Brill, 2000. p. 137-138.
- Steiner, M. L. Moab during the Iron Age period. In: Steiner, M. L.; Killebrew, A. E. (ed.). *The Oxford handbook of the archaeology of Levant: c. 8000-332 BCE*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 770-781.
- Suriano, M. J. The historicity of the king: an exercise in reading royal inscriptions from the ancient Levant. *Journal of Ancient Near Eastern History*, v. 1, n. 2, p. 95-118, 2014.

- Szuchman, J. Integrating approaches to nomads, tribes, and the state in the ancient Near East. *In*: Szuchman, J. (ed.). *Nomads, tribes, and the state in the ancient Near East: cross-disciplinary perspectives*. Chicago: Oriental Institute at the University of Chicago, 2009. p. 1-13.
- Tebes, J. M. Revolution in the desert: a reassessment of the Late Bronze/Early Iron Ages in north-western Arabia and the southern Levant. *Revista del Instituto de Historia Antigua Oriental*, v. 21, p. 99-125, 2021.
- Thomas, Z. Early Iron Age polities in the southern Levant: methodological remarks. *In*: Hensel, B. (ed.). *Transjordan and the southern Levant: new approaches regarding the Iron Age and the Persian Period from Hebrew Bible studies and archaeology*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2024. p. 15-35.
- Tyson, C. W. *The Ammonites: elites, empires, and sociopolitical change (1000–500 BCE)*. London: Bloomsbury, 2015.
- Tyson, C. W. The religion of the Ammonites: a specimen of Levantine religion from the Iron Age II (ca. 1000–500 BCE). *Religion*, v. 10, n. 3, p. 1-33, 2019.
- van de Mierop, M. *Historia del Próximo Oriente antiguo: ca. 3000–323 A.E.C.* Tradução de Sara Arroyo e Andrés Piquer. Madrid: Trotta, 2020.
- van der Toorn, K. *Israelite religion: from tribal beginnings to scribal legacy*. New Haven; London: Yale University Press, 2025.
- Workman, V. *et al.* Textile production, consumption, and trade in early Iron Age copper smelting sites at Timna, Israel: a preliminary summary of results. *In*: Eisenberg-Degen, D. *et al.* (ed.). *Archaeological excavations and research studies in southern Israel*. Tel Aviv: Ariel Publishing; Israeli Institute of Archaeology, 2023. p. 47-61.
- Yoffee, N. *Myths of the archaic state: evolution of the earliest cities, states, and civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- Younger, K. L. Shalmaneser III. Kurkh Monolith. *In*: Hallo, W. W. (ed.). *Context of Scripture*. Vol. II: Monumental inscriptions from the biblical world. Leiden: Brill, 2000. p. 261-264.
- Younger, K. L. Neo-Assyrian and Israelite history in the ninth century: the role of Shalmaneser III. *In*: Williamson, H. G. M. (ed.). *Understanding the history of ancient Israel (Proceedings of the British Academy, 143)*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- Younger, K. L. *A political history of the Arameans: from their origins to the end of their polities*. Atlanta: SBL Press, 2016.
- Yunker, R. W. Ammon during the Iron Age II period. *In*: Steiner, M. L.; Killebrew, A. E. (ed.). *The Oxford handbook of the archaeology of Levant: c. 8000–332 BCE*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 757-769.